

**Ata da 76ª Reunião do
COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA**
Degração

Dia 29 de outubro de 2019, às 9h30, na UMAPAZ

Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP

PAUTA

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 75.ª Reunião realizada em 24/09/19
- Informe sobre o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação: **“A Gestão da Macrometrópole Paulista sob a Perspectiva das Mudanças Climáticas”**, por Pedro Roberto Jacobi, professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP.
- Apresentação: **“Integração da mudança do clima em políticas públicas e o papel do governo na agenda”**, por Alexandre Gross, Engenheiro Ambiental e mestre em Economia do Desenvolvimento Sustentável e do Meio Ambiente, pesquisador e consultor, foi gestor de projetos no Programa de Política e Economia Ambiental do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da FGV.
- Perguntas e debate aberto
- Sugestão de inclusão em outras Pautas

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom dia a todos. Eu declaro aberta a 76ª reunião do Comitê de Mudanças Climáticas. Para tanto, eu vou passar aqui a palavra à Débora, que está, nesse sentido, nos ajudando na Secretaria Executiva em função de a Laura ainda estar em férias, mas parece que ela vai vir aqui hoje.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) – Bom dia a todos, sim, a Laura deve estar chegando em breve.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Mas, de qualquer forma, para não atrapalhar o nosso cronograma de horários, de agenda, eu gostaria já de declarar aberta a reunião do Comitê, até porque nós temos aí duas palestras que são extremamente importantes e eu tenho certeza que muitos dos Senhores estão aqui por esse motivo. Nós teremos, então, nesse expediente primeiramente, eu gostaria de abrir essa reunião, aproveitar essa oportunidade que hoje nós tivemos aqui neste fim de semana o falecimento de um dos Conselheiros, que é o Secretário Adjunto da Habitação, o Eduardo Debrassi. Ele estava aqui praticamente participando sempre das reuniões da nossa equipe. Infelizmente, ele nos deixou no sábado. Então eu queria pedir aos Senhores pelo menos uns 30 segundos de silêncio em função da sua ausência. (segundos de silêncio). Bom, obrigado. A Débora vai passar aqui as considerações a respeito da Ata anterior, da 75ª reunião, e depois a gente terá aqui a Marina, a Marina está ali. Ela fará os informes do Plano de Ação Climática, como está. Aí a gente terá os informes gerais e sugestões da inclusão na pauta. Então, Débora, por favor.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Bom dia a todos os presentes. Só esclarecendo para quem não sabe, a Laura Ceneviva ela está um período fora, mas ela deve vir acompanhar a reunião mais tarde. E nós, então, hoje temos a apresentação do professor Pedro Jacobi, que deve estar chegando, e do Alexandre Gross, que já está aqui. Só para informar aos membros, nós demoramos para mandar a Ata da reunião anterior porque nós tivemos um problema técnico com o microfone da palestrante, da professora Cilene Victor. Nós tentamos até o último momento resgatar a possibilidade do conteúdo, mas não foi possível, então nós enviamos a vocês a Ata com o conteúdo que nós conseguimos e a apresentação dela já está disponível na página da Secretaria do Verde, Comitê de Mudança do Clima, assim como todas as demais apresentações técnicas que foram realizadas aqui, estão todas disponíveis. Hoje nós temos uma novidade para todos que tiverem, por exemplo, pessoas que gostariam de estar aqui e não puderam, essa reunião está sendo transmitida pelo Facebook da UMAPAZ. Essa foi uma solicitação feita por um representante, um servidor da Secretaria. E nós conseguimos, então acho que vai ajudar bastante as pessoas que não têm condições, por algum motivo, de locomoção ou de compromissos, de acompanharem essas reuniões que são superimportantes para a cidade. Com relação à Ata da reunião anterior, só perguntando aos membros se vocês receberam e se têm algo a colocar ou se pode considerar aprovada. Aprovada a Ata da 75ª Reunião. E agora, então, passamos a palavra para a Marina. Se alguém tem sugestão de inclusão nessa pauta? Alguma? Não? Então, a Marina, por gentileza, da Secretaria de Relações Internacionais, vai dar informe sobre o Plano de Ação Climática da Cidade, que está sendo elaborado.

Marina de Andrade (representante de SRI) - Bom dia. Não sei se é de conhecimento de todos, mas a Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura está trabalhando junto com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente na coordenação da construção do Plano de Ação Climática. Nós tivemos algumas atividades entre uma reunião do Comitê e outra e eu vou passar alguns informes. Outro assunto também que eu vou tratar muito rapidamente é a Cúpula de Prefeitos da C40, que ocorreu em Copenhague, que eu tive a oportunidade de participar. Sobre o Plano de Ação Climática, a gente tem a previsão da entrega de um relatório de mitigação agora na primeira quinzena de novembro. Os consultores do ICLEI, WayCarbon e C40 estão trabalhando no relatório e eles vão nos entregar. Para a redação desse relatório, a gente teve um workshop de mitigação que ocorreu de 25 e 26 de setembro. Nesse workshop, nós fizemos algumas atividades para analisar cenários de emissões e, também, construir algumas metas de mitigação. Nós fizemos algumas propostas, participaram diversos setores, diversas organizações foram consultadas. Além do workshop, foram feitas cinco reuniões setoriais e vinte reuniões bilaterais, que a gente fala bilateral - Secretaria do Verde do Meio Ambiente com alguma outra organização. Ao todo, 121 pessoas foram consultadas nesse processo. A expectativa é que o relatório fique bem completo. E a partir disso, nós vamos partir para a definição de metas de mitigação. É nessa fase em que a gente está do Plano e a gente está começando a trabalhar com a questão da adaptação e vai calhar com a apresentação que a gente tem hoje. Agora sobre a Cúpula de Prefeitos da C40, foram representando o Prefeito Bruno

Covas o Secretário Luiz Álvaro e eu acompanhando. Nós representamos a Prefeitura também num painel que falava sobre transportes, mitigação e como alcançar neutralidade. No painel, estava presente o Prefeito de Roterdã, de Austin, e o urbanista do Instituto Gehl. Foi bem interessante o debate. O Secretário apresentou a licitação de São Paulo, as metas específicas para o setor e algumas organizações depois nos procuraram para tratar, para entender especificamente da realidade de São Paulo. Na Cúpula de Prefeitos também foi lançada a Declaração de Boa Alimentação e a Declaração de Ar Limpo da C40. Muitas cidades já se comprometeram com essas Declarações. Aqui em São Paulo, a gente está em processo de avaliação, então quando chega esse tipo de Declaração pela Secretaria de Relações Internacionais, a gente encaminha por SEI, por processo eletrônico, para as outras Secretarias fins que trabalham com a temática darem o parecer. A gente está na fase de receber os pareceres das Secretarias fins - positivo ou negativo - para adesão da Prefeitura de São Paulo e depois a gente encaminha para o Gabinete do Prefeito para avaliação. Na Cúpula de Prefeitos também foi... os Prefeitos lançaram um apoio público ao Global Green New Deal, que é um acordo... não é um acordo, é uma iniciativa que foi colocada no Congresso Americano e que não passou. Quem colocou foi aquela congressista Alexandria Ocasio, que trabalha bastante com as pautas climáticas. Mas diversas organizações sociais e governantes estão voluntariamente aderindo a esse Global Green New Deal que é, basicamente, um apoio às metas do Acordo de Paris. E, na Cúpula de Prefeitos da C40, os Prefeitos declararam apoio, suporte a esse Global Green New Deal. Também na Cúpula de Prefeitos estiveram presentes o Al Gore - ele deu uma palestra -, o Secretário Geral das Nações Unidas e algumas outras muitas pessoas. Foi um encontro bem importante, tiveram muitos ativistas ambientais, muitos Prefeitos de mais de quarenta cidades e quem assumiu agora a Presidência da Rede de C40 foi o Prefeito de Los Angeles. No geral, acho que é isso. Se tiver mais alguma outra questão, eu estou à disposição.

Lilian Sarrouf (representante do SINDUSCON) - Bom dia. Nós participamos das reuniões da discussão do Plano de Ação de Mudanças Climáticas. Agora, em termos de cronograma, porque estava prevista uma reunião dos participantes do grupo que discutiram - essas 120 pessoas que vocês falaram - uma devolutiva do que foi compilado dessas discussões, então uma devolutiva para a gente validar. E, a partir disso ia ter uma consulta pública. Não sei se seria isso. Se você pudesse só falar para a gente quais são os próximos passos, o cronograma.

Marina de Andrade (representante de SRI) - Justamente isso. A gente vai ter agora reuniões bilaterais com as Secretarias e com os Secretários, junto com o Secretário Viegas e a ideia é que a gente faça, se eu não me engano, em dezembro, uma reunião para validação dessas metas. Sobre a adaptação, a gente vai começar a tratar esse tema. Já tiveram algumas pessoas indicadas para tratar esse tema de adaptação. E essas pessoas... é uma equipe bem intersetorial, vão participar da Academia de Adaptação da C40. E depois a gente vai continuar trabalhando esse tema no GTI e as consultas públicas estão previstas para ocorrer no ano que vem.

Hamilton Leite (representante do SECOVI) - Só para constar que a gente não está recebendo essas convocações desses workshops, o SECOVI. Eu recebo normalmente as convocações para a reunião, mas não recebi nada desses workshops. Só dar uma conferida no mailing, por favor.

Marina de Andrade (representante de SRI) - Do GTI, foi instituído por Portaria, é até interessante, não sei se a gente tinha comunicado que o GTI tinha sido publicado em Portaria no Diário Oficial. Tinha comunicado?

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Foi comunicado na última oficina.

Marina de Andrade (representante de SRI) - Saiu uma Portaria no Diário Oficial sobre o Grupo de Trabalho Intersecretarial do Plano de Ação Climática de São Paulo. E como foi constituído esse grupo? Os Secretários de cada pasta indicaram representantes das suas Secretarias para participarem desse grupo. E esses representantes que recebem as comunicações.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Mas aí, no caso aqui não é uma Secretaria, é uma entidade. Como é que elas se integram nisso?

Lilian Sarrouf (representante do SINDUSCON) - Naquela reunião.

Marina de Andrade (representante de SRI) - Nos workshops.

Lilian Sarrouf (representante do SINDUSCON) -... grupos específicos, que vocês dividiram por temas. Foi a primeira reunião e depois teve o Plano de Ação para discutir o Plano de Ação, que aí tinha representantes da sociedade civil. Não no Grupo Intersecretarial, no Grupo da Sociedade Civil.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Vou fazer um comentário. Nós fizemos uma relação de todos os envolvidos com o setor de mitigação da cidade e elencamos os mais relevantes porque nós precisávamos muito, como a Marina falou, dos representantes da gestão municipal, principalmente. Então, pode ser, Hamilton, que você não tenha recebido, mas isso não implica que vocês não vão participar do processo que ainda está sendo elaborado e vai ser validado. Nós temos que tomar cuidado para que tenha representatividade de acordo também com a representação do Comitê, então foi um pouco por isso. Alguns setores nós enviamos e outros nós vamos ainda fazer o contato.

Hamilton Leite (representante do SECOVI) - Acho que seria importante a participação do SECOVI, porque o SECOVI representa vários segmentos da cadeia imobiliária, então quando a gente está falando de habitação, de incorporação imobiliária, enfim, administração de condomínios, são áreas importantes nesse tema.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Deixa eu... quando foi? Acho que foi quarta-feira ou terça da semana passada, infelizmente a nossa consultora do C40 que está fazendo a construção desse método, dessa metodologia, ela também está ausente porque esta semana está viajando e a Laura também não está presente, mas, de qualquer forma, semana passada nós discutimos isso na Secretaria com relação à questão dos passos do Plano de Ação. A fase em que nós estamos agora é de ter, pelo menos dentro desse processo que foi feito internamente, tecnicamente, com todas as Secretarias, foram feitos alguns workshops e tal, se montar uma pré-proposta, vamos dizer, dentro de uma linha que foi tecnicamente construída. E a gente já viu que essa linha precisa ser inclusive afinada ou alinhada com os Secretários da própria Prefeitura, para que a gente tenha uma lógica na... e essa devolutiva, ou seja, esse bonecão que a gente vai ter, nós vamos ter que consultar essa devolutiva para começarmos a desenvolver o trabalho. Com certeza irá participar nesse sentido a sociedade civil, até para nos ajudar a construir esse projeto. Inclusive, no semestre que vem, ou seja, de janeiro até junho, nós teremos várias audiências públicas para consolidar isso. Eu estou vendo aqui representante do pessoal da Coalizão (seria uma entidade?), que também já nos procurou, que vai participar. E, na verdade, a sociedade civil terá que ajudar muito a gente a construir esse Plano. O que está sendo feito agora é apenas uma construção técnica com uma lógica, ou seja, já vou, houve quantos workshops, Marina? Até agora?

Marina de Andrade (representante de SRI) - De mitigação, a gente só fez um.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Fez um.

Marina de Andrade (representante de SRI) - E aí tiveram a participação de alguns técnicos da Prefeitura. A gente está na parte técnica de construção do Inventário, ver o que é possível mitigar com as políticas internas da Prefeitura.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Isso. Nós vamos ter um bonecão. Nós fizemos o Inventário, estamos vendo quais são os aspectos que precisam ser mitigados. As Secretarias estão sendo envolvidas, os técnicos. Não os Secretários, mas os técnicos, tanto é que a gente vai precisar... quer dizer, dentro do próprio Secretariado, afinar esse discurso, porque tem muita informação técnica que o próprio Secretário fala: "Não, mas isso não é possível fazer". Então a gente vai precisar dar uma alinhada nisso, alinhar essa... tal. E voltar isso para começar a fazer a consulta. E, nesse sentido, nós já estamos na fase... nós estamos no começo de novembro. Até dia 20, por aí, a gente já tem essa devolutiva técnica construída pelo C40, que quem está construindo essa devolutiva é o C40, que está aplicando a metodologia com os técnicos das Secretarias. A partir daí a gente tem, sim, um alinhamento para começar a fazer a discussão com a sociedade civil, porque senão você fica... quer dizer, não tem um método. E esse método que os nossos consultores do C40 aplicaram são dentro de uma lógica que eles já aplicaram em outras cidades, não só no Brasil, mas em outros países. A gente está acompanhando isso. Nós estamos dentro do prazo. Nós já estamos terminando este semestre com as tarefas praticamente concluídas. E praticamente o semestre que vem será, enfim, dentro de audiências públicas, participação com as entidades dentro de uma proposta, com propostas já de mitigação. E aí a gente aí a gente vai ter essa participação e essa troca. Tenham certeza que serão chamados para essa tarefa. Mais algum informe, Marina? Não? Está bom. Vamos lá, então? Sugestões da inclusão de pauta para a próxima reunião. Alguma coisa? Estou vendo os nossos colaboradores da Prefeitura estão meio frios. Andréa.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - O Fábio. Pois não. O senhor é de onde?

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva)- A gente precisa que as pessoas falem ao microfone, por gentileza, se apresentem, porque está sendo gravada a reunião. Por gentileza.

Carlos Campos - Bom dia. Eu sou da ONG Ação e Cidadania Planeta 21, da região de Vila Prudente, Sapopemba, e eu queria ver da possibilidade. Meu nome é Carlos Campos. Chamam-me, normalmente, pelo sobrenome Campos. Eu queria ver da possibilidade, de colocar na pauta da próxima reunião uma experiência exitosa que foi levada avante na cidade de Guarulhos e também numa favela de São Mateus, nas imediações da Avenida Mateo Bei, que trata de compartimentalizar as águas poluídas de um rio, de um córrego, instalando-se nesse corpo d'água uma espécie de ralo e isso proporcionou um mínimo de volta da vida aquática, onde foram reintroduzidos peixe da espécie Guarú. São obras extremamente baratas e, com essa técnica, cerca de quinze trechos de quinze córregos em Guarulhos foi... essa técnica foi implementada. Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - A Secretaria Executiva incluirá aqui esse tema e a gente vai avaliar qual é o melhor momento para fazer essa apresentação. Queria também aqui aproveitar como informes... já não consigo precisar a data, mas houve um Decreto municipal criando a Comissão Municipal das ODS, que era um cumprimento de lei e isso é um Decreto. Eu não lembro a data. Você lembra a data, Marina? Semana passada. É que tanta coisa acontece, eu não consigo precisar a data. Mas nós temos um Decreto municipal. E quem coordena essa ação na Prefeitura será... A Secretaria Executiva será a Secretaria de Governo e com certeza essa Comissão... e que aí tem os entes do Executivo, do Terceiro Setor participando, enfim. É mais um fórum municipal para discutir sustentabilidade e com algumas metas que a própria cidade tem com relação à questão do cumprimento da agenda. Foi dia 21. Só estou dando ciência aos Senhores e é importante também que os Senhores tenham conhecimento disso porque também é mais um canal que nós temos na cidade com relação à questão da agenda de sustentabilidade. Mais alguma coisa? Uma sugestão de pauta? Pois não?

Lilian Sarrouf (representante do SINDUSCON) - Na verdade é um informe, é um convite divulgando que no dia 26, 27 de novembro o SINDUSCON, FECOMÉRCIO, CIRRA, a ABES e a CEBIQ (parece que ela fala isso, mas não achei referências a essa associação), nós vamos organizar um evento que vai ser realizado no auditório do SECONCI - depois a gente manda o convite com a programação -, para divulgar as normas técnicas de conservação de água e uso de fontes alternativas, água de chuva; e um trabalho também que nós temos feito, que é a Pegada Hídrica de um empreendimento imobiliário. Então, vão ser dois dias de evento para divulgar que essas normas técnicas têm trabalhado durante a comissão da ABNT. Elas vão estar sendo publicadas, então seria como aplicar essas normas nas edificações. Nós vamos mandar o convite a todos.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Pois não?

Thaís Domingues (representante de SEMDET) - Olá, bom dia. Eu estou sem plaquinha (risos). Meu nome é Thaís (idem). Eu sou da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Também é um informe/uma sugestão de pauta talvez para a próxima reunião, porque nós estamos fazendo um processo de desenvolvimento de um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e estão acontecendo oficinas participativas em todas as regiões da cidade de São Paulo para fazer esse Plano. A gente trouxe até no âmbito do GT de Mudanças Climáticas para proposição na parte de mitigação e adaptação também essa questão do desenvolvimento econômico - levar oportunidade de emprego, trabalho e renda para todas as regiões da cidade como uma forma de diminuição de tráfego, emissão de gases de efeito estufa por conta do trânsito e tal. Eu acho que as pautas se casam muito bem e, então, gostaria de estender o convite aqui para todo mundo que está assistindo para participar dessas oficinas participativas, trazer o tema das mudanças climáticas porque até agora elas não apareceram nas oficinas que foram realizadas. Hoje a oficina vai ser na Leste 1, que é ali Penha, Sapopemba. Então, gostaria de estender o convite aqui, e amanhã vai ser na Sul 1, que é ali a região de Vila Mariana, enfim, ali aquela região da Vila Mariana, os distritos em volta da Vila Mariana que é a região Sul 1. Então, gostaria de estender o convite e daí acho que fica uma lição de casa, que é como a gente está desenvolvendo Planos ao mesmo tempo, acho que é ideal, porque a gente consegue casar eles de certa forma. E daí, como sugestão de pauta para a próxima reunião seria algum Plano de Desenvolvimento Econômico até como exemplo para a gente usar como benchmark, que é um Plano de Desenvolvimento Econômico, mas que trouxe essa vertente do meio ambiente, de desenvolvimento sustentável bem feito. Acho que não sei se tem algum pesquisador também que já tenha pesquisado isso a fundo, trazer alguém que possa nos dar mais insumos para a gente fazer o nosso trabalho bem feito. Então, é isso, gente.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Primeiro obrigado por você lembrar essa questão da Secretaria. E a gente sabe como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem feito e tem um olhar muito forte nessa questão do desenvolvimento sustentável. Com certeza deve ter uma estratégia com relação ao Plano, até para fazer as consultas. Eu sugeriria que vocês da Secretaria colocassem na pauta aqui do Comitê qual a estratégia do Plano. E se puder fazer uma apresentação para a gente, acho que é extremamente importante para que a sociedade civil tente ajudar um pouco mais nesse sentido. E para nós do Comitê, é importante também saber como é que está sendo construído essa proposta do Desenvolvimento Econômico. Então, fica a sugestão de colocar aqui na pauta esta apresentação da Secretaria com relação a esse tema.

Thaís Domingues (representante de SEMDET) – Levarei para a Secretaria.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Obrigado.

Andréa Franklin (representante de SIURB) – Bom dia. É mais um informe também e dividir um pouco com vocês que as obras que a SPObras tem executado - Pirituba, Lapa, a gente está começando também um obra em Santo Amaro, tem a obra acontecendo do Anhangabaú - todas elas que passam de alguma forma pelo processo de licenciamento que existem medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas, a gente tem feito um esforço de, com o conhecimento das ações de outras Secretarias, a gente tentar enxergar potenciais de execução efetiva de Planos para a gente casar as nossas ações com as oportunidades que a Prefeitura tem apresentado. Então, nessa linha, um exemplo: a obra de Pirituba a gente está tentando, junto com a Secretaria do Verde, já antecipar as nossas medidas compensatórias em relação à vegetação. É uma ação nova porque normalmente os empreendimentos são executados e o plantio e o pagamento desses passivos fica para depois. A gente está tentando fazer concomitante e até antecipar e tem tido uma interface muito grande com os técnicos e com as áreas das outras Secretarias. Isso em Educação também. A gente tem conversado com o pessoal da Secretaria da Educação, porque dentro dos programas existe um programa de educação ambiental. Então, a gente tem tentando enxergar esses potenciais para começar a mudar um pouco a dinâmica do processo de licenciamento, para que as nossas ações estejam alinhadas com esses Planos que estão sendo executados. Às vezes, a gente perde a oportunidade de somar recursos, de gastar menos recursos e somar esforços para atingir o objetivo do licenciamento e conseguir potencializar a ação da Prefeitura. Isso tem ocorrido e é uma experiência que eu estou vendo que está dando certo porque essas reuniões proporcionam isso. Me ocorreu falar isso por conta da tua fala, porque dentro de todas as Secretarias tem sempre algum assunto que envolve processo de licenciamento. E à medida que a gente enxerga essas ações como potencial, acho que vai amplificando, divulgando melhor por que que o licenciamento existe, por que que ele deveria estar ocorrendo junto com a obra e até o pós-obra depois, o acompanhamento, para a gente fazer valer, de fato, o que as ações são previstas durante o processo. Acho que isso está sendo bem rico assim. À medida que a gente vê que isso vai funcionando e vai acontecendo, a gente vai trazendo informações aqui porque a obra ainda tem uns anos para acontecer, então, eu acho que isso é importante ser dividido com vocês.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Você lembrou, Andréa, me permite aqui, que eu estou olhando aqui o Clodoaldo da SEME. Vocês estão naquele projeto da Escola Sustentável, não é? Eu queria sugerir que, da mesma forma que a gente abriu uma lembrança na pauta, vocês trouxessem para a gente como está. O que é esse projeto? Eu sei que é um projeto de rede que está criando escolas sustentáveis na cidade, da rede municipal. Seria importante vocês apresentarem o estado da arte disso, que eu já sei que está bem encaminhado. Então, seria oportuno que vocês, até de uma forma bem curta, da mesma forma que o Desenvolvimento Econômico, mas colocassem isso, até porque é a questão da rede que está sendo criada – de escolas – na cidade, eu entendo que seja uma boa estratégia para que a gente comece a integrar com ações executivas do Poder Público hoje. A gente tem várias coisas que estão acontecendo em alguns territórios que a gente nem sabe quem são as escolas que estão nessa rede. Aliás, eu estava comentando sobre isso, da importância de a gente ter clareza do que é a rede de escolas sustentáveis, que tem um quadro de educadores formados, e para integrar com as ações de Plano, de programas e tal. Eu queria sugerir que a Secretaria da Educação, na próxima reunião, apresentasse a questão do projeto de vocês. Tudo bem?

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Eu quero só pedir um gancho no que o Secretário colocou. Só dar um informe que nós do Comitê de Mudança do Clima estamos participando de várias formações junto à Secretaria de Educação, Secretaria Municipal. Hoje mesmo está acontecendo agora de manhã no Parque do Carmo uma aula sobre mudanças

climáticas na cidade de São Paulo e a questão das enchentes. Então, a Jane, Zilda, que é da nossa equipe, ela está lá ministrando essa aula para educadores da região Leste, dentro do Parque do Carmo. Hoje à noite, eu vou dar uma aula no CEU Caminho do Mar, que é na região do Sul, que é do GT Enchentes também. Nós estamos fazendo uma cobertura por diretorias regionais de educação, de ensino. Então, estamos envolvidos com esse projeto - GT Enchentes -, que visa principalmente moradores de áreas mais vulneráveis às inundações e enchentes, educadores para que trabalhem com os seus alunos e pessoas do território. E, também, estamos envolvidos com uma outra formação aqui pela UMAPAZ socioambiental, que aborda vários temas. O GT Enchentes também - tem o pessoal de resíduos, da Saúde, enfim, da Educação Ambiental. E esse outro curso pela UMAPAZ nós estamos ministrando também aqui para educadores, então são pessoas todas... tem tanto diretores como educadores e trabalhadores da área de educação municipal. Estamos levando não só informações sobre a questão das mudanças climáticas na cidade como também temos informado sobre o Plano de Ação Climática da cidade que está sendo elaborado e nós temos tido bastante boa receptividade, as pessoas estão bastante interessadas. Como você falou, a sociedade civil tem muito interesse em participar e aí, em breve, nós vamos poder inclusive saber o que eles estão fazendo, que tem muito a ver com o Plano. Tem pessoas que já estão em seus locais, suas comunidades e bairros, já tem feito. E muitas escolas têm interesse em fazer alguma ação focada na redução das emissões e no trabalho de adaptação às mudanças climáticas. Com a Educação, acho bem importante nós trazermos essa pauta porque estão acontecendo várias ações e a gente sabe que a Educação consegue chegar também à maioria da população.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Clodoaldo, você leva para a Secretaria. Quem que está representante no Comitê a Secretaria agora? Você sabe? É o Gabinete? Tá. Porque esse trabalho, que foi uma construção muito cuidadosa feita pela Secretaria de Educação e a Secretaria do Verde, de organizar de fato a rede municipal de escolas. Nós temos 1.480 escolas na cidade de São Paulo. Esse público, esse foco aí, a gente podia estar perdendo um pouco uma oportunidade. Então, acho que a Secretaria da Educação entrou nessa articulação, construiu isso e hoje nós estamos com uma etapa sendo trabalhada com 100 escolas na cidade, com um público de formadores de quase 400 formadores, funcionários das escolas e esses professores estão sendo formados com várias agendas, inclusive de mudanças climáticas. Essa aula que a nossa equipe passa é uma das partes da formação desses professores, desses formadores. A gente gostaria muito que a Educação mostrasse isso, porque essa rede, com certeza, será muito útil na ação de ações no local. Eu vou dar um exemplo que a gente já sugeriu, que foi a questão do projeto Rio Pinheiros, que tem lá uma rede. Para vocês terem uma ideia, só de escola municipal, ali na bacia tem quase catorze escolas. Se a gente trabalhar com essas escolas, com certeza a gente vai ter um bom ponto de apoio para desenvolver ações nesse território, na agenda de resíduos, na agenda... enfim, nas agendas que a gente entende, como Poder Público, de desenvolver. É fundamental que a gente tenha essa rede construída com esses formadores, com essas escolas, com esse conceito para que a gente aplique, coloque essa rede nesse movimento que a gente, na cidade, temos que executar. O caso, por exemplo, do Plano de Ação de Mudanças Climáticas. Então, fica aqui essa tarefa para a gente ter. Bom, eu queria... o Pedro já chegou?

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Não. A professora Maria de Fátima pediu a palavra.

Maria de Fátima (representante da USP) - Até me surgiu essa ideia. Eu trabalho com poluição do ar e lá no Instituto, a gente está trabalhando com sensores de baixo custo. É algo muito difundido. São sensores pequenos para medidas de poluentes, parâmetros meteorológicos. Atualmente faz em arduíno, essas coisas bem simples. A gente vai ter um projeto, assim, meio piloto numa escola na Zona Leste, envolvido com outros projetos, mas, enfim, tem um lado de educação. A gente vai levar esses sensores e montar junto com os alunos porque eles são simples, monta... e acho que talvez até seja uma forma até de motivação melhor do que só falar sobre poluição, porque a gente sempre fala, mas não chama muito a atenção. É difícil a gente conseguir ganhar a atenção do jovem só falando. A gente vai fazer esse trabalho piloto numa escola na Zona Leste, em algumas outras escolas, que é uma oficina. A gente vai levar os sensores, vai mostrar e a ideia também é relacionar com algumas coisas da vida prática, então quando você tem uma queimada, aí você vai ter concentrações super altas de CO e aí, na hora, você consegue mostrar isso, então dá uma sensibilidade (a palavra é cortada no meio; infere-se que ela tenha dito sensibilidade), inclusive para os valores. A gente consegue montar com pouco recurso. É barato porque são hoje em dia, na verdade, não é uma medida muito confiável do ponto de vista de... se a gente for pensar em qualidade, reprodutividade do dado, mas é mais uma questão educativa. Eu acredito que, se isso

funcionar, a gente poderia até mostrar... não sei, pode servir de algo que, dentro desses grupos, já existe a questão da educação, poderia montar e ver se... talvez tornar algo a mais nesses grupos que vão falar com as escolas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Só por curiosidade, é escola estadual ou municipal?

Maria de Fátima (representante da USP) - É uma escola... poxa vida, agora... eu teria que pegar o nome da escola.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - É que a gente vê... O próprio Estado às vezes não sabe se é municipal ou estadual.

Maria de Fátima (representante da USP) - É verdade, porque a gente, na realidade, nem se importou muito com isso, porque surgiu a oportunidade, que já existia um trabalho lá e aí já existe esse caminho. Mas eu posso até...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Mas muito boa a iniciativa. Aliás, só para ilustrar um pouco, nós tivemos uma reunião sexta-feira passada com a Diretoria de Engenharia da CETESB em função de algumas ações, porque a gente fala de mudanças climáticas, mas a gente esquece daqueles componentes, os poluentes que estão aí.

Maria de Fátima (representante da USP) - Regulados.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Aí o pessoal da CETESB fala assim: "Não, mas está bom, estamos caminhando, São Paulo está indo bem. Está diminuindo, está tendo resultado. Aliás, os relatórios apontaram isso". Só que a gente, como poder municipal, nós temos uma agenda de mudanças climáticas, mas essa agenda nos interessa e nós precisamos ver o que a gente pode fazer a mais. Por exemplo, eu soube que nós temos uma rede de mil e poucos relógios na cidade que apontam a questão da qualidade do ar. E aí, por surpresa, descobri que, nesse relógio, o espaço que diz da qualidade do ar é pequenininho porque não tem no relógio e tal. Eu falei: "Bom, então vamos começar a conversar para ver se a gente põe uma coisa maior dentro do relógio, sei lá, para mostrar um pouco mais", porque esse movimento das pessoas se preocuparem com qualidade do ar já está meio que na... já está incorporado na sociedade, então a gente precisa mostrar cada vez mais. E aí fizemos algumas discussões, o que a gente pode fazer mais nesse sentido. Eu acho que isto que vocês estão construindo, para efeito de educação, se a gente pudesse aumentar isso. Se a gente tem um experimento, tem uma ideia, tal, o que é essa central. Não sei, podemos propor uma criação de uma rede para isso, enfim. Mas acho que... pois não.

Maria de Fátima (representante da USP) - Eventualmente trazer em alguma reunião, mostrar rapidamente mostrar como que funcionaria e talvez até o pessoal ligado à área de educação, se interessar, fazer uma coisa mais piloto, com mais escolas, porque não tem pessoal, mas é fácil aprender, é uma questão de...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Não, e é muito bom. Acho que...

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - A COVISA tem um programa chamado Vigiar, em que eles têm um sistema por bairros, por localidade, de acordo com os medidores da CETESB. É que a Magali não está aqui hoje, mas talvez fosse interessante ver também se tem escolas nesses territórios para conseguir conversar.

Maria de Fátima (representante da USP) - A questão dos sensores da CETESB é que, às vezes, ficam... quer dizer, você não leva a escola lá para ver. E essa outra ideia são coisas muito mais simples e mais local.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Não é uma visita técnica, é entender o que é isso.

Maria de Fátima (representante da USP) - É mexer um pouco, uma coisa mais de oficina mesmo. Vai, mexe, monta e mede e leva o sensor num lugar, vê, porque também a questão da qualidade do ar, na média, tem melhorado, mas tem aquela outra... se você está exposto, se você se desloca mais tempo, se você fica mais tempo exposto na rua, dentro do ônibus, tudo isso tem um efeito que é muito mais pessoal do que olhar para a média. Esse conceito também é interessante. E algumas coisas que, às vezes, a pessoa não associa. Você queima lixo, isso não impacta... quer dizer, você eliminou o lixo ali, mas você tem um problema ambiental. Alguns conceitos você aprende na prática.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Está bom.

Maria de Fátima (representante da USP) - Essa é a ideia.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Olímpio pediu a palavra.

Olímpio Alvares (representante da ANTP) - Fátima, uma pergunta e uma sugestão. Esse sensor ele mede quais poluentes?

Maria de Fátima (representante da USP) - Mede CO (ela responde ao fundo, sem microfone. Extremamente baixo)

Olímpio Alvares (representante da ANTP) - Ele dá a concentração? Uma sugestão só. Seria interessante... eu não sei se já tem conhecimento, talvez já tenha até. Nos Estados Unidos, eles têm um programa lá na Califórnia com as escolas, que envolve as escolas, onde há uma participação dos alunos das escolas e eles criaram um código de bandeirinhas que eles hasteiam as bandeiras de acordo com a qualidade do ar. É uma coisa muito interessante, porque eles levam aquela mensagem para dentro da casa deles, para os pais, que começam a conversar aquilo durante o horário de almoço, na janta. É uma coisa muito interessante. Eu vou mandar para você os links. É muito bom.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Eu estou vendo, tem uma manifestação de um... duas. O Senhor, primeiro. Por favor, se identifique. Eu estou vendo que os informes vão... eu vou só dar as duas palavras e vamos policiar.

Carlos Henrique Andrade Oliveira (Assessor da Deputada Estadual Marina Helou) - É um informe e um convite a todos. O informe é que a partir do dia 11 deste mês, foi lançada a Frente Parlamentar Ambientalista do Estado de São Paulo, com diversos temas a serem trabalhados, desenvolvidos. Como vocês devem saber, a Frente Parlamentar é um espaço democrático de participação da sociedade. Temos construído a Frente junto com as organizações sociais, ambientalistas e também com a universidade, as diversas universidades aqui do Estado. E temos trabalhado em diversos temas, sendo que mudanças climáticas e educação ambiental são temas transversais. É uma das premissas, um dos princípios de atuação da Frente e a primeira ação prática da Frente Parlamentar - que aí é um convite - no dia 12 deste mês, no período da manhã, ali na Assembleia Legislativa, logo aqui do lado, no dia 12 de novembro, no período da manhã, faremos um debate sobre os dez anos da Política Estadual de Mudanças Climáticas, com a presença dos representantes do Governo Estadual, mas também de universidades, de ONGs, para discutir de fato o que estava previsto, o que foi previsto pela lei, o que de fato saiu do papel, o que não e por que não saiu do papel e também quais são as diretrizes ou as estratégias para o período que vem em seguida. Então, um convite a todos. Depois eu passo para a Débora, para que ela possa passar para todo o Comitê a programação desse evento. Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Pois não.

Carlos Campos (ONG Ação e Cidadania Planeta 21) - Só fazer um acréscimo. Havíamos proposto para a próxima pauta a questão da compartimentação das águas poluídas de um rio, lembrando que a Billings é compartimentalizada. A gente compartimentalizou as águas poluídas do rio. E existe um vídeo no YouTube de 2,5 minutos de uma dessas obras já realizadas. Isso não é proposta. Isso são obras realizadas e que realmente nos aponta um futuro muito promissor. Eu tenho aqui o endereço do YouTube, depois eu passo os links para os presentes. Muito obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Ok. Vamos então passar a ordem do dia. Apresentação do Alexandre.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Só dar um informe. Nós acabamos de receber a informação de que o professor Pedro Jacobi não vai poder participar infelizmente, da reunião. A gente sente muito pela impossibilidade. Então, eu já anuncio, posso anunciar o Alexandre?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Pode chamar o Alexandre.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Então, Alexandre Gross, que é engenheiro ambiental formado na Politécnica da USP, na Escola de Paris. Tem Mestrado em Economia de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e atua na área de mudança do clima desde 2008. Atualmente, como consultor em meio ambiente, políticas públicas. E ele foi gestor de projetos do Programa de Política e Economia Ambiental do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. A gente agradece a presença do Alexandre Gross e por gentileza...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Laura, vem aqui para a Mesa. Você está aí. Só que você não vai falar hoje. Quem vai falar aqui são os dois. Fica só... dê o ar da graça aqui na reunião. Bem-vindo, viu, Alexandre? A palavra é sua.

Alexandre Gross (Apresentação: “Integração da mudança do clima em políticas públicas e o papel do governo na agenda”) - Olá, bom dia a todos. Estão conseguindo me ouvir? Bom, vocês vão me avisando aí. Bom, já fui apresentado. Agradeço enormemente o convite da Secretaria, em especial a Débora, que pude trocar com ela um pouquinho antes de vir para cá. Agradecer a presença de todo mundo. Espero que a minha apresentação interesse. Agora estou com uma missão um pouco mais reforçada pela ausência do Pedro. Acho que vou ter que segurar vocês mais tempo. Espero que a minha apresentação caia bem no momento em que a Prefeitura está com o Plano de Ação Climática. Eu acho que a gente vai ter um espaço de debate depois da abertura para conversar, então minha ideia também é poder trocar o máximo. Pela apresentação... vocês viram, eu tenho uma carreira na área de mudança de clima, em especial em adaptação à mudança do clima. Eu poderia trazer vários assuntos aqui. É até um desafio descobrir o que eu trago para a gente discutir, mas, ao mesmo tempo, vocês levantaram algumas bolas, deixaram elas quicando. Vem a calhar para o que eu escolhi trazer para vocês. Na verdade, tudo é um pouco um compilado de experiência minha com um trabalho em especial com o Governo Federal. Pude trabalhar na construção do Plano Nacional de Adaptação. Foi um processo intenso, bem participativo, longo, do Plano Nacional de Adaptação. Saiu o melhor Plano possível para o país? Posso falar abertamente porque eu não estou vinculado a nenhum Governo aqui: não saiu o melhor Plano que a gente poderia ter, mas o processo foi muito rico e, de alguma forma, contagiou alguns outros setores do Governo Federal e tem chegado também ao nível municipal, não necessariamente pela via federal desse tipo de planejamento em adaptação que eu queria trocar um pouco com vocês, trazer um pouco a experiência, desde a minha experiência com a Agência Nacional de Águas, experiência em montar uma estratégia com o Governo do Acre sobre adaptação, qual é a diferença entre uma coisa e outra. O que o Governo Federal está fazendo hoje? A gente sabe que o Ministério do Meio Ambiente não está no seu máximo de potencial em termos de ações climáticas, mas tem outros Governos, em especial o Ministério da Infraestrutura, por exemplo, está comprando a agenda. Por que ele está comprando essa agenda e como ele está embutindo a agenda de adaptação dentro das ações do Ministério? E aí o grande recado que eu quero pôr para vocês é: 1) a agenda de adaptação precisa ser integrada em todas as políticas. Aí eu agradeço a fala da Thaís (idem). O meu recado é em cima exatamente do que você falou. Você levantou a bola para a minha apresentação. Não adianta a gente falar de adaptação à mudança do clima se ela não tiver sendo falada dentro dos Planos de Desenvolvimento, se a gente não está falando em desenvolvimento socioeconômico. Essa agenda precisa ser embutida em todas as outras agendas da Prefeitura. Não adianta a gente falar, ter um Plano de adaptação à mudança do clima se a Secretaria de Habitação não incorporou essa narrativa, esse discurso dentro das ações dela. E entender um pouco... e eu acho também que o timing é bom da gente estar nessa transição entre terminar um Plano de mitigação na Prefeitura e começar a falar de um Plano de adaptação. Tem algumas diferenças e entender qual é a função do Estado nessa agenda toda. Mitigação, está muito claro, são políticas para redução de emissões e adaptação a gente está falando de várias coisas, é uma agenda ambiental, não é, e um pouco em torno desses tópicos que eu quero trazer a minha apresentação hoje. Como eu mencionei, eu não estou aqui para falar o que é mudança do clima nem para convencer vocês que existe ou não existe. Às vezes, no Governo Federal, eu precisei fazer isso recentemente. E nem é para falar se tem mais ou menos riscos. A gente não vai ficar aqui falando dos impactos da mudança do clima, quais são as medidas de adaptação para a Prefeitura. É uma apresentação mais teórica do porquê a gente tem que olhar para essa agenda e como olhar para ela. Então, não é falar disso aqui. Eu parto um pouco da agenda internacional, só para a gente aterrissar aqui um pouco. A relevância da temática de mitigação e redução de emissões sempre foi muito alta dentro da agenda internacional. A ONU, a UNFCCC, as COPs giraram muito em torno dessa agenda. E, recentemente, a temática de adaptação vem crescendo em relevância e importância. No passado, sempre existiam os pequenos Estados insulares, aqueles que não vão existir daqui a algumas décadas. Eles sempre estavam gritando lá na mesa, falando: “A gente precisa falar de adaptação”. E, para além da adaptação, eles trazem uma outra agenda, que é a agenda de perdas e danos, que é para além da adaptação. “Ok, vocês estão mandando a gente se adaptar, mas quem vai pagar essa conta do estrago que vocês fizeram?” Essa agenda está começando a esquentar um pouco no âmbito das negociações. Mas eram sempre eles lá gritando no fundo da sala, mas recentemente a gente teve um aumento de frequência de eventos, a (ininteligível) conscientização sobre os impactos. A gente tem aí o papel dos relatórios do IPCC

cada vez mais intensos e diretos, apontando que, sim, a coisa vai ficar feia. E, principalmente, questões econômicas. As contas estão sendo feitas, a gente já sabe que estamos perdendo dinheiro e as projeções de perdas econômicas estão aparecendo. A agenda começa a ganhar importância quando a gente chega no Acordo de Paris, em 2016, assinado, finalmente. As duas agendas começam a ter um pouco de paridade. Obviamente, a agenda de mitigação ainda é a mais forte e a de adaptação ela ganha um artigo que nunca existiu nos acordos internacionais, um artigo que fala sobre adaptação à mudança do clima. Ele é genérico. É. Isso tem uma razão de ser. A agenda de adaptação ela precisa ser discutida, pautada na agenda internacional, mas ela é, essencialmente, uma agenda local. Onde os impactos vão ser sentidos e a granularidade que tem os impactos é no nível local, por isso a importância de um Município trabalhar na agenda. Mas a gente tem lá no Acordo de Paris falando de adaptação, coisa que não existiu, por exemplo, no Protocolo de Kyoto. Vocês sabem que o Brasil tem uma contribuição nacionalmente determinada. Eu coloquei em cinza porque não nos interessa hoje aqui discutir as diferentes metas que o Brasil se propôs em termo de redução de emissão, mas a gente tem um compromisso genérico de adaptação. O Acordo de Paris tem pauta genérica sobre adaptação. O compromisso nacional na UNDC do Acordo de Paris também é genérico. De novo, são razões que eu quero apresentar na sequência. Faz sentido, porque é onde as ações, de fato, vão acontecer são mais no nível local. E o que a gente tem que fazer para essas ações ganharem uma base e serem efetivas nesse nível que a gente precisa. Mas é importante mencionar que a pauta vem aparecendo inclusive nesses acordos mais amplos e mais genéricos, vem ganhando força. A gente tem um Plano Nacional de Adaptação, a gente tem a Política de Mudança do Clima nacional, ela vem desde 2009 e a gente tem um Plano que foi lançado em 2016. Como eu já falei para vocês, é um marco na nossa política federal, mas não é o melhor Plano que a gente poderia ter. O processo todo foi muito rico, mas o produto final careceu de muito pragmatismo. Ele ficou muito no diagnóstico, a ideia é ele ser renovado, mas agora não é prioridade do Governo Federal discutir essa pauta. Mas nós temos um Plano e é importante ter um marco também, só que carece de ações práticas. O Brasil tem um pouco a cultura de chamar de Plano o que o mundo inteiro chama de estratégia. E chamar de Plano de Ação o que o mundo inteiro chama de Plano. Então, você olha para esse Plano, ele, na verdade, não tem ações concretas. Ele só define grandes princípios. Mas tem outras iniciativas acontecendo? Tem. Municípios estão correndo atrás. A gente tem o exemplo americano onde o Governo não compra agendas, os Estados todos estão...70% do PIB do país compra a agenda do Acordo de Paris. E o Brasil, de alguma forma, também tem feito isso. A Prefeitura é um grande exemplo disso. Na agenda de adaptação, as Prefeituras e os Governos locais são os mais interessados em avançar nessa agenda, mas como eu já mencionei, Agenda Nacional de Águas trabalha com água, já colocou isso dentro da agenda dela. Eles falam disso, levam isso em consideração no planejamento. Ministério de Minas e Energia está começando a acordar para essa pauta e atualmente o Ministério de Infraestrutura comprou a agenda. Eles estão num processo de revisão das diretrizes socioambientais e estão falando: "Precisamos levar isso em conta no momento em que a gente abre uma licitação de uma nova ferrovia. Os aeroportos que nós estamos licitando, a gente... quem vai comprar o risco desse aeroporto funcionar ou não funcionar lá no futuro"? É o poder concedente Governo Federal ou é quem está entrando no contrato desse aeroporto se daqui a cinquenta anos os aviões vão ter que desviar rota porque tem um excesso de calor ali e eles não podem pousar? Eles estão começando a olhar para essas questões nesse nível também. E aí eu trago essa frase da OCDE, que ele diz que a maior parte das medidas de adaptação tem que ser implementadas como uma parte de um conjunto mais amplo de medidas dentro de Planos de desenvolvimento já existentes e é sempre o conceito da integração da adaptação em Planos já existentes, em políticas que já estão ocorrendo. O Plano de Desenvolvimento Econômico da cidade ele olha para questões de adaptação? O quanto a mudança do clima vai afetar a efetividade desse Plano de Desenvolvimento Econômico que está sendo pensado. E outra frase do Rosa: "A mudança do clima é mais um agravamento das atuais pressões socioeconômicas de um sistema do que a criação de impactos inteiramente novos". E aí a gente está falando de... já temos problemas atuais. A gente já fala de vulnerabilidades, pessoas morando no alto do morro, em favelas, são vulneráveis e a mudança do clima só vai exacerbar o risco que ela já tem de deslizamento. A gente está falando de exacerbamento de pressões socioeconômicas já existentes. E, por isso, a importância da gente discutir agenda de clima junto com a de desenvolvimento. Sobre um dado sistema e aí o sistema que nos interessa aqui nessa sala é o sistema cidades, sistema Prefeitura, Município e todos os subsistemas deles. O sistema de drenagem, habitação, saúde. E, de novo, o nível municipal ele é um locus privilegiado para se discutir adaptação porque é onde todas essas temáticas elas se integram dentro de um mesmo território. Uma grande dificuldade que nós tivemos na produção do

Plano Nacional de Adaptação é que o Governo Federal ele olha o mundo e o país como forma de setores. Enquanto você está discutindo com o Ministério de Minas e Energia preocupado em gerar energia e você está discutindo com o pessoal de áreas costeiras, eles não conseguem colocar as mesmas pautas no mesmo território e entender que ali vai ter mais ou menos água. No nível municipal, a gente consegue colocar tudo isso dentro do mesmo território, então é um locus privilegiado para se discutir adaptação. É onde tem as pessoas que estão expostas a um risco de inundação e elas têm uma vulnerabilidade associada. De novo, a ideia da integração do tema nas políticas existentes. Eu vou voltar nisso. E, agora para a gente entender um pouco diferença entre mitigação e adaptação em termos de função do Estado e do agente privado, eu vou passar um pouco nas definições. Peço até desculpa para quem está cansado de ver essas diferenças, mas é para trazer um pouco de didática. A gente parte de caminhos de desenvolvimento socioeconômico que implicam crescimento econômico, escolha de tecnologia, aumento populacional, formas de governanças e todas essas escolhas fazem a gente emitir gases de efeito estufa, que são o que estão causando as nossas mudanças climáticas, aumento de temperatura e pressão que têm outros efeitos em todo o sistema climático - chuvas, secas, entre outros. Essas mudanças climáticas geram o que a gente chama de estressantes de mudança climática nos sistemas naturais e humanos onde nós estamos tendo os nossos caminhos de desenvolvimento e essas escolhas. Esses sistemas naturais e humanos, nós estamos falando de bioma Mata Atlântica, mas nós também estamos falando da microbacia do Rio Tamanduateí. Esses sistemas que a gente está falando natural e humano pode ser o Parque da Cidade, mas pode ser o nosso sistema de saúde municipal. E esses sistemas impactados por estressantes climáticas também impactam as nossas (pequeno salto no áudio) de desenvolvimento e caminhos deles. Mas também as nossas escolhas estão impactando esses sistemas. Como a gente ocupa uma bacia hidrográfica também afeta esse sistema natural e humano. A escolha como a gente ocupa a Bacia do Rio Tietê também afeta esse sistema natural e humano que também está sendo afetado por estressantes climáticas. A mitigação está olhando para as escolhas que nós estamos fazendo aqui em termos de aumento de concentração. Já a adaptação ela é mais complexa - e entendam complexa e não complicada -; ela é mais complexa no sentido de que ela olha, tenta entender essas estressantes de mudança do clima e como ela afeta esses sistemas nossos, como o aumento de temperatura vai afetar o sistema de saúde, como ela afeta os idosos dentro de um Município e como é que esses sistemas estão impactando as nossas escolhas de desenvolvimento e nossas escolhas estão tornando esses sistemas mais ou menos resilientes. Como o nosso sistema de saúde consegue absorver mais idosos aparecendo lá com estresse de ilha de calor, por exemplo. A adaptação ela trabalha nessa outra dimensão que, digamos, é um pouco mais complexa. E a pergunta que eu faço para vocês: essa é uma agenda ambiental? Eu sei que nós estamos aqui, que quem sempre toca essa agenda são os Ministérios de Meio Ambiente, as Secretarias de Meio Ambiente, mas, olhando para isso, é uma agenda ambiental? Vou aproveitar para a pausa aqui. É uma agenda ambiental, mas que envolve outras áreas. Ela vem de uma motivação ambiental, ela parte de um processo ambiental, mas onde... o campo de trabalho nosso está aqui nessas escolhas de desenvolvimento. Que tipo de carro que nós vamos usar e como é que a gente vai trabalhar, impactar essas estressantes não climáticas nos nossos sistemas que estão sofrendo com questões ambientais, que estão sendo alterados. Então, a pergunta se é uma agenda ambiental, também. Ela parte de motivações ambientais, mas é uma agenda essencialmente de desenvolvimento e desenvolvimento socioeconômico, de escolhas de desenvolvimento. Cortaram a sua voz, Thaís (idem). Depois. Tá. Guarda aí. Bom, o que a gente quer então com isso? Achar um ponto de equilíbrio entre trazer estratégias de mitigação, redução de emissões dentro desse sistema. De novo, nós estamos falando da cidade. Compatibilizar com estratégias de adaptação, mas também as estratégias de desenvolvimento. No começo da discussão sobre mudança do clima, havia um conflito, a China dizendo: "Não me venha falar de mudança do clima porque eu quero me desenvolver". E desenvolvimento estava associado a emissões e mitigação. E a gente quer agora falar: "Não, eu consigo mitigar e ter desenvolvimento com o desenvolvimento de baixo carbono. Mas eu também preciso me desenvolver me adaptando". É o desenvolvimento resiliente. E eu não posso ter conflitos entre estratégia de adaptação e mitigação. É tentar achar co-benefícios entre os dois. Exemplo simples e quase tosco é você... uma estratégia de adaptação é você colocar ar-condicionado na casa de todo mundo, em todos os prédios da cidade. Só que ela não gera co-benefício com a mitigação porque você tem um aumento de consumo de eletricidade, que é um dos fatores de emissão possíveis. Então, não teve co-benefícios aí entre essas estratégias de mitigação e adaptação. Agora, tetos verdes, você não tem aumento de consumo de energia e consegue se adaptar ao aumento de calor, então você conseguiu achar um co-benefício entre essas duas agendas. E a ideia é a gente acertar no meio dela. Não

tem um termo muito bonito ainda, que é o desenvolvimento compatível com o clima. Em termos de cidade, a gente chamaria isso de uma cidade resiliente e de baixo carbono. Esse jargão começa a aparecer inclusive com investidores internacionais que estão emitindo aí green bonds, pedindo para você... climate bonds, inclusive, pedindo para que você... Por exemplo, eu invisto no seu porto se ele for um porto resiliente de baixo carbono. Eu trago dinheiro para as suas infraestruturas, para o seu novo viaduto se ele for uma infraestrutura resiliente e de baixo carbono. Reduzo as emissões e também é climate proof, à prova de clima. Não importa qual clima que vá acontecer no futuro, ele não vai ser afetado. Ou, pelo menos, a operação e a efetividade dele não vai ser afetada. A ideia é acertar no meio desses bolos todos, mas o que eu quero insistir é que a gente tem estratégias de desenvolvimento sempre andando junto aí. Dito isso, falando um pouco dessa transição de olhar entre mitigação e adaptação. Um pouco de teoria econômica e, de novo, isso aqui é teoria, vocês vão achar várias exceções na realidade. Como toda teoria, não funciona completamente na realidade. Mas um pouco levantar quais são as motivações por trás dos agentes privados e dos agentes públicos na agenda de mitigação e na agenda de adaptação. As motivações são um pouco diferentes. A mitigação ela gera bem público. Eu não sei se vocês conseguem capturar o sentido por trás da geração de um bem público. A ideia é de que o esforço do agente privado vá gerar um benefício para todo mundo. Se o japonês escolheu usar um carro elétrico, o globo inteiro se (pequeno salto no áudio, cortando a palavra) disso porque a gente vai ter menos mudança climática. Não se espera, naturalmente, que os agentes privados façam esforço porque você está sempre esperando que o vizinho faça esse esforço. E essa é um pouco a lógica dos agentes privados. Então, ela não é espontaneamente suficiente. O que você precisa? De um agente público que vá fazer uma regulação e dizer: "Olha, você vai ter que fazer um esforço pelo bem público. Agora os carros vão ter que ter um nível de emissão mínimo para o bem de todos". E isso é um pouco o que acontece até nos níveis de negociação internacional. Os países vão à mesa um pouco como agentes privados, dizendo: "Eu só vou fazer alguma coisa se os Estados Unidos ou a China fizerem". E aí chega-se num acordo. O regulador pode ser a própria a ONU, a UNFCCC e falar: "Vamos fazer um acordo aqui que todo mundo faz um pouco de esforço e a gente divide a conta". Isso é o que se faz também em níveis menores. No nível local, vocês vivem um pouco um dilema como Município porque são dependentes de políticas no nível federal. O que adianta um esforço municipal sendo que, por exemplo, daqui a cinco anos a gente tem um incentivo a combustíveis fosseis? Quase vai... atrapalha a lógica que vocês aplicaram aqui no nível municipal. Então, você espera que esse agente público, cada vez em níveis maiores, seja esse regulador. O Brasil anda devagar com relação a isso. Temos aí metas, mas também não temos muitos Planos efetivos no nível federal. Mas e em adaptação, que é o nosso foco? O que muda aqui? A adaptação ela gera principalmente bens privados ou bens localizados. Em contraste ao esforço de mitigação, de redução de emissões, em que gera um bem para todo mundo, a adaptação gera um bem para quem toma aquela iniciativa. De novo, o exemplo tosco do ar-condicionado. O agente que decide se adaptar e comprar um ar-condicionado e colocar isso dentro da sala dele, qual é o beneficiado disso? É a sociedade como um todo, é a vizinhança ou é ele mesmo? É o próprio agente que escolheu fazer isso. Quando a Ambev decide que ela vai sair da (pequeno salto no áudio, cortando a palavra) do PCJ porque lá não tem mais água e ela vai para outra bacia que tem disponibilidade de água, é a escolha do agente privado sendo beneficiado ele mesmo. Ela não vai ter que parar mais a produção de cerveja dela porque agora ela tem água lá e ela se adaptou. Ela saiu da exposição de uma bacia hidrográfica para uma bacia que não é exposta a riscos. Fazer um Plano de contenção de inundações gera bens para a sociedade, só que é uma sociedade localizada, que é a sociedade que está no entorno dessa bacia. Construir um dique numa praia, o beneficiário são os usuários da Praia de Copacabana, não o Brasil como um todo ou o globo como um todo, no caso de mitigação. Se o beneficiado é o agente privado ou muito localizado, se espera ação desse agente ou se espera mais ação do Governo? Em teoria econômica, você espera que seja espontânea a ação do agente privado. Mas, de novo, não é na teoria que tudo funciona direitinho. Só que o Governo tem uma função nesse sentido também. E aí eu gosto muito do terceiro pilar do Plano de Ação, do Plano Municipal, que é equidade. O agente público, na agenda de adaptação, ele vem garantir equidade e eficiência dessas ações privadas ou trabalhar justamente para que haja benefícios localizados para essas pessoas, sejam agentes privados como pessoas físicas ou empresas, entre outras que vão (pequeno salto no áudio - infere-se que ele tenha dito se beneficiar) dessas ações mais localizadas. Então, ele tem características um pouco diferentes. E guardem essas palavras: o Governo vem garantir equidade e eficiência. No ponto de vista econômico, para falar de eficiência, se todas as empresas de uma bacia decidem começar a aumentar o nível do portão delas para não inundar, é eficiente? Não é mais fácil a gente fazer uma vaquinha e construir uma infraestrutura para contenção dessas

inundações? Aí é que a gente entra com o Poder Público com eficiência. No ponto de vista de equidade, eu acho que é claro para todo mundo. Aquele barraco que está no alto do morro não tem condições de descer do morro. Quando você está falando daquela mansão que está em cima do morro, ela tem condições de trabalhar em cima da ação espontânea. O rico que está em cima do morro com aquela mansão dele sabe que ele começa a ter um risco maior de desmoronamento por causa de um estresse climático que vem vindo, mais precipitação. Ele tem condições de sair dali, ele é o maior interessado. Mas o pessoal que mora numa área de alto risco, humilde, não tem condições e o Governo vem garantir essa equidade. Bom, muito teórico isso. Mas isso mostra um pouco diferenças aí entre as agendas e essa questão localizada vem reforçar o que eu trouxe da importância dos níveis municipais trabalharem a agenda de adaptação; é onde a coisa acontece mesmo. Por que é necessária essa intervenção pública? Eu já mencionei algumas coisas, vou formalizar essa. Primeiro é pouca informação disponível. E aí, de novo, a bola que vocês levantaram, a questão da educação. As pessoas saberem que esse perigo está vindo, seja no nível da comunidade ou no nível até empresarial. A Ambev saber que não vai ter mais água na Bacia do PCJ é um fator que o Governo pode disponibilizar para ela. A empresa não vai lançar satélites e fazer cenários climáticos futuros para decidir se ela vai ou não abrir um negócio numa área, muito menos a população. Tem barreiras de ação coletiva em nível local. A gente sabe todos os problemas de articulação possíveis, inclusive de conhecimento. Aqui a gente pode pegar um exemplo em que o Município de São Paulo precisa se articular no nível... com o Governo Estadual para discutir as inundações na Bacia do Tietê. Não estão só dentro do nível do Município. Existem considerações inadequadas de consequências de longo prazo nas decisões de investimento e aqui o Governo vem como regulador dizer: "Não. Eu olho para trinta anos, sim. E se eu estou decidindo fazer uma obra de um túnel..." A concessionária que ganha a obra ela não está necessariamente preocupada em saber se esse túnel vai inundar ou não vai inundar daqui a trinta anos. O Governo, sim, vai levar isso em consideração nessa decisão de investimento. Geração de externalidades. A ação pode ser não rentável para o agente privado, mas ela gera benefício para a comunidade. Acho que isso é claro para todo mundo em diversas áreas de infraestrutura. Mas também ação benéfica para o agente privado pode gerar externalidades negativas para a comunidade. Então, de novo, o Governo entra como moderador nisso. Por fim, grandes infraestruturas para benefício público, aí a gente sempre pega o exemplo de inundações. Construir um piscinão é um benefício público e só o Governo vai tomar essa iniciativa de fazer. Não estou falando que piscinão são as melhores opções, são só exemplos. Existe inadequação, inexistência de regulações. Regras de construção. As regras de construção hoje não levam em conta um possível aumento de temperatura média ou aumento de precipitação, outros eventos possíveis que podem afetar essas construções. O Governo vem regular isso. O agente privado não vai espontaneamente, necessariamente espontaneamente, tomar essas decisões porque muitas vezes podem gerar maiores custos. E o regulador vem dizer: "Não, agora as suas novas regras têm que seguir isso". Um exemplo que não é muito do caso nosso, mas do Nordeste, os açudes nordestinos eles têm uma regra muito (pequeno salto no áudio e corta a palavra) de que você tem que garantir um nível de um ano para outro naquele açude para abastecimento. E tem vários estudos que mostram que, se você flexibilizar essa regra, na média, você consegue ter mais disponibilidade hídrica de um ano para outro. Você rever uma regulamentação dessa pode aumentar o quê? Resiliência dessa comunidade. E, por fim, a gente já falou várias vezes a questão de equidade e restrições associadas. De novo, saúde. O sistema de saúde público atende as pessoas que vão ser afetadas por essas alterações climáticas e precisa estar preparado para quem não tem condições de ir a um hospital privado. Dentro desse grupo de por que o Governo precisa fazer algo, mesmo que a gente espere que o agente privado tome as principais iniciativas, o que se espera do Governo Público? E, assim, dentro da minha experiência, sempre que você vai nos fóruns, o pessoal sempre reduz a ação do Governo a ações de infraestrutura. O Governo precisa construir diques, o Governo precisa evitar que tenham inundações aqui, o Governo precisa construir novos hospitais, o Governo precisa reforçar essa ponte. E aqui a gente quer mostrar que não. Tem várias ações que competem ao Governo que estão para além de infraestrutura por si só. Primeira delas é produção e disseminação de informação. De novo, gosto do exemplo das escolas sendo envolvidas nisso. Estudos sobre o tema, entender o que vai acontecer e divulgar isso, colocar isso à disposição para um SINDUSCON para eles tomarem melhor a decisão. Um SINDUSCON, desculpa pegar vocês como exemplo, mas acho que enriquece um pouco. É eles terem essa informação na mesa e disponível para tomar a melhor decisão no futuro, é saber o que são os impactos, é fomentar a pesquisa fundamental, trabalhar com complementaridade público-privada nessas pesquisas e disponibilizar elas. Existem até exemplos, por exemplo, um exemplo britânico de entidades criadas especificamente para isso - produção e

disseminação sobre riscos climáticos. Um segundo ponto de ação do Poder Público é um olhar sobre as normas, regulamentações e políticas vigentes e aí entra o papel da integração. Uma avaliação e diagnóstico do que já se faz hoje, como se faz hoje e se isso está respondendo aos desafios novos que a mudança do clima está trazendo. As nossas regras de construção, como a gente constrói as nossas ruas hoje estão adequadas aos novos desafios que estão aparecendo? O Governo corrige em nível de risco aceitável de alguns ativos que estão sob regulamentações. A gente tem que adaptar os nossos standards, regulações. Revisão, basicamente, do que a gente está fazendo. E aí entra um conceito de lentes climáticas. Eu não sei se vocês já ouviram falar, mas a ideia é continuar fazendo o que a gente faz, continuar com as políticas de desenvolvimento, mas colocar um óculos e ler com uma lente climática, é ter uma leitura sobre o que nós estamos fazendo, reler aquela regulamentação e ver se ela está aumentando ou diminuindo a nossa vulnerabilidade ao clima futuro. É fazer um Plano de desenvolvimento econômico com essa lente climática, é todo mundo usar esses óculos na sala. Por fim, ação e relação das instituições. A gente sabe que as instituições são o coração da sociedade para responder a esses estresses climáticos, não só no nível de clima, mas em vários, e a gente sabe a importância das instituições e elas têm um papel fundamental de incorporar essa temática. Por isso, a importância de ter outras Secretarias aqui na Mesa falando disso. Se elas não estiverem convencidas de que elas têm que levar isso em conta na decisão de investimento... se a Secretaria de Infraestrutura, se a Secretaria de Habitação, a instituição não está incorporada com essa temática, o Plano fica vazio. De novo, a integração. É onde estão as capacidades de implementação. Inclusive, há uma redefinição de responsabilidades. É comum em alguns países - e aí falando da agente ambiental ou não - colocar a temática de mudança do clima dentro da Casa Civil em vez do Ministério do Meio Ambiente, que é justamente para ter essa integração transversal em todas as instituições. No mundo ideal, nem deveria existir uma instituição que tratasse de adaptação à mudança do clima. Ou seria ser simplesmente básico em qualquer Secretaria e assunto. Trago o exemplo, assim, dos Estados Unidos. Eles têm, lógico, uma governança bem diferente da nossa, a maneira como a política se dá lá. São conhecidos como um país negacionista, mas, nos tempos de Obama, ele simplesmente incorporou esse discurso. E eu tive um colega de trabalho, o Guarani, que pôde conversar com níveis menores lá nas decisões nos Estados Unidos e ele simplesmente... ele perguntava: "E aí? Vocês têm um Plano de Adaptação?" "Não, não temos um Plano. A gente só faz as coisas olhando o risco climático também". De alguma forma, aquilo já estava dentro da instituição, mas a maneira como foi contagiada é um pouco diferente. No caso brasileiro, geralmente precisam de marcos regulatórios em que você indica: "Você tem que começar a olhar para isso". Bom, e aí de novo, gerenciamento de crise. Agora as crises são diferentes. Quem que é responsável por isso e vai ser articulado com quem? Todo um processo de articulação institucional envolvido nisso que, mais uma vez, o Governo Federal, no Plano de Adaptação, foi muito exitoso no processo e agora está morto. Bom, aí é uma função de coordenação. Todas essas três aqui geram um ambiente adequado para a adaptação privada e local. E aí desculpa, SINDUSCON, vou pegar vocês como exemplo sempre. Com informação, com novas regulamentações claras, revisadas, com um olhar de médio-longo prazo, sabendo com quais instituições articular e as instituições envolvendo esse setor privado, por exemplo, um SINDUSCON, ele tem um ambiente adequado para trabalhar dentro de uma lógica de adaptação. É continuar as atividades dele com um olhar de resiliência. E, obviamente, isso vai contaminar o resto das atividades dele e da sociedade. Por fim, a gente ainda tem uma quarta ação que é investimento público direto. A gente precisa construir piscinão e a gente precisa colocar investimento no posto de saúde com relação a ondas de calor. Investimento direto sempre vai ter lá, mas tem aqui um grupo de ações que vem antes disso. E aí, de novo, a gente também está falando de políticas de uso de solo, desenvolvimento econômico regional. É o Poder Público que está decidindo: "Vamos construir um novo bairro nessa região?" Se daqui a cinquenta anos essa região vai ser inundável, não vai, ela está sujeita a ondas de calor, não está. É o responsável aí pela administração das infraestruturas de rede, saneamento e tudo mais que estão sujeitas a isso. É muito comum a gente ficar preso só a essa caixinha aqui. Não sei como é que está aqui o espírito da coisa, mas falo um pouco da experiência que eu trago aí... trabalho em outros níveis. Junta uma composição de gestão de risco climático. Geralmente Planos. Um Plano, por exemplo, do Acre - que não foi para frente, já adianto -, mas ele tentava cobrir ações que dessem conta em cada uma dessas caixas aqui. Bom, e nisso eu já trouxe bastante a ideia da integração. E o jargão em inglês, a literatura sempre fala do mainstreaming. Mainstreaming à gestão de riscos climáticos nas políticas vigentes. Seria adaptação integrada aos processos de ações existentes ou respostas específicas de adaptação. Também vão existir políticas para isso. Na parte da integração, que é o meu foco aqui, no caso de políticas públicas é principalmente sobre os processos, as estruturas, as instituições, como as coisas estão

sendo feitas. Institucionalmente, a estrutura de governança colocar essas preocupações climáticas e respostas adaptativas nas políticas mais abrangentes. No nível de projetos, é tentar reduzir o risco climático com ações específicas nos projetos, tornando eles mais resilientes às mudanças do clima. E aí a gente está falando de implementação, soluções estruturais ou mesmo de gestão. A maneira como a gente vai gerir um ativo não precisa necessariamente de uma revisão tecnológica. Caso de eventos extremos. A gente pode mudar a maneira como a gente gera (pequeno salto no áudio) Defesa Civil e como são o nosso Plano de Gerenciamento de Crises, dado que o problema está ficando mais forte daqui para frente. E aí a gente fala de projetos. Projeto de infraestrutura. É colocar a variável climática dentro da concepção do projeto. Contrato que você faz com uma empresa privada, construtora. Se essa ponte cair, quem é responsável? Se tiver uma inundação nessa rodovia, quem paga a conta? Quando você não tiver entrega de energia elétrica por causa da linha de transmissão que caiu. Existe lá uma matriz de risco no contrato que diz: “Efeitos de força maior, quem paga a conta é o Governo”. A gente tem um exemplo muito interessante da Colômbia que, depois dos eventos de La Niña de 2011/12, se eu não me engano, houve, assim, desastres no país inteiro. E todas as concessionárias colombianas bateram na porta do Governo e falaram: “Me socorram”. E o Governo foi lá e gastou milhões e milhões na recuperação dessas infraestruturas que foram arrasadas pelo La Niña. Em 2013, o Governo colombiano começou a rodar uma série de leis e debates para blindar o Governo (há um pequeno salto no áudio - infere-se que ele fala novas) concessões e nas revisões de contrato dizendo: “A partir de agora, você, concessionária saiba que o La Niña existe e que ele vai ficar pior. Leve em conta essas projeções climáticas e, se acontecer alguma coisa, você tinha que ter colocado isso dentro do seu planejamento. Eu não pago mais essa conta”. E aí, de novo, a gente está falando de revisões de regulação, formas como as políticas atuais estão sendo feitas e tem essa integração do olhar de clima futuro. O que é a lente climática nesse caso? A ideia de você passar uma lente climática numa medida, numa regulação, numa decisão, num Plano, numa política, num projeto. É basicamente fazer quatro perguntas. Uma pergunta sobre vulnerabilidade: a implementação dessa medida, dessa regulação, dessa lei é vulnerável aos riscos decorrentes da mudança do clima? Tem muita coisa que não é. Tem muita coisa que a gente está implementando aí que não vai ser afetada, que não está sujeita a variáveis climáticas que causam risco. Mas, se tiver, acende uma luzinha, levanta uma bandeira. Segunda pergunta sobre ações de adaptação: os riscos da mudança do clima foram levados em conta durante a formulação da medida? Eu tenho certeza que a maioria das coisas que a gente já faz hoje não são levadas em conta, mas é uma pergunta que se faz. Por exemplo, no caso do planejamento hidrológico de uma bacia hidrográfica federal, já leva em conta. A Agência Nacional de Águas já incorporou isso. Ela não olha mais séries históricas para saber se vai ter disponibilidade hídrica no futuro. Ela olha a série histórica, vê as projeções climáticas futuras do INPE e aí toma a decisão de quanta água ela distribui. Então, levou em conta naquele caso. Na adaptação, para mim, isso é o principal. Essa medida pode agravar a vulnerabilidade, levando à má adaptação? A medida perde oportunidades relacionadas à mudança do clima? Oportunidades são pequenas porque, no nosso caso, as coisas só vão piorar, na maior parte dos casos, mas, principalmente, gera má adaptação? E aí de novo a gente não está falando de vulnerabilidade só do ponto de vista ambiental. Essa lei torna a sociedade socioeconomicamente mais ou menos vulnerável a um estresse climático futuro? Apostar em uma política pode tornar aquele resultado dela mais vulnerável, dado que nós estamos tendo mudança do clima chegando? Mais uma vez, desenvolver um bairro com certa lógica urbanística. Essa medida pode agravar a vulnerabilidade lá no futuro? Pode tornar essa região, esse bairro suscetível a mais ou menos inundação? E, por fim, quais alterações que eu posso fazer nessa regra, nesse projeto, nessa decisão, nessa política abrangente que torne ela mais resiliente? Quais as alterações que eu posso fazer nela, quais parágrafos que eu posso incluir, quais considerações novas que podem ser colocadas numa regulamentação para tornar ela mais resiliente? São quatro perguntas que se faz facilmente em qualquer projeto. É esse óculos que se pede para ser colocado. Aí eu faço o convite para a Thaís (idem) na próxima reunião fazer essas perguntas para o Plano que está sendo construído em cada uma das regiões. Esse é o meu último slide. Espero que não tenha sido muito rápido, meio corrido, mas enfim. São algumas reflexões. São um pouco antigas. Vocês podem ver que a referência é de 2010, mas eu tenho atualizações dela que eu não consegui por exatamente a referência, de fatores motivadores e facilitadores da agenda de adaptação nos níveis de Governo. Para jogar uma reflexão, uma provocação na sala. Fatores que são motivadores para a agenda avançar. Eventos climáticos extremos. Países, cidades que sofreram com tornado estão falando disso. Santos. Santos teve inundações extremas no porto. Poucos anos depois, a cidade de Santos está fazendo um Plano de Ação de adaptação climática na cidade. As políticas internacionais têm influência, sim, mesmo na agenda de adaptação, como

eu falei para vocês. O Acordo de Paris fala disso, tem muita gente já falando sobre isso. A gente sabe que as emissões continuam em níveis que não estão nos levando a uma trajetória segura de mudança do clima, então cada vez mais se fala sobre isso. E discute-se, inclusive, efeitos que transbordam limites internacionais, os famosos refugiados climáticos, já há indícios deles começarem a aparecer. Então, você começa a jogar isso num debate mais concreto nas políticas internacionais. Cálculos de custos econômicos da inação. Eu pude trabalhar num estudo econômico muito interessante com a Agência Nacional de Águas, numa bacia do Rio Grande do Norte e na Paraíba: Bacia do Piancó Piranhas Açu. As projeções feitas lá era de que as perdas diretas, calculadas diretamente... é você não conseguir tirar da bacia hidrográfica para produção da indústria, não tirar água para o comércio funcionar, afetava 3 a 4% ano do PIB inteiro da bacia. Se você transpusesse isso para efeitos indiretos, quer dizer, não ter água e não ter água chegando na casa das pessoas, você tem outros efeitos econômicos, podia chegar a 9% de perdas econômicas anuais. Vocês sabem o quanto a gente está sofrendo para crescer 1% de PIB ao ano no país. Imagina o que é perder anualmente até 9% do seu PIB numa bacia, num Estado. Exemplos de outros pares. Rio de Janeiro está fazendo, São Paulo vai fazer, Salvador está fazendo, alguma outra cidade também começa a olhar para isso. Setor privado. No caso de mudanças climáticas no Brasil, é bem interessante. O setor privado é bem engajado, diferente de outros países que têm uma postura mais reativa de dizer: "Vou ver o que o regulador vai falar". Aqui, no Brasil, às vezes o Governo é meio devagar e, às vezes, o setor privado está se organizando, fazendo fóruns, discutindo: "Queremos entrar nessa agenda. A gente quer contribuir". A mídia. E aqui vem a minha maior crítica. Acho que a mídia brasileira contribui muito pouco para a agenda ganhar destaque que deveria ganhar destaque. De novo, você convida um dia um cientista climático para falar que existe mudança climática e, no outro dia, eles convidam um negacionista. Os dois ganharam 50% de tempo de TV, sendo que, na ciência, você tem noventa e nove a favor e um contra. O que que a mídia está dando destaque para quem aí? Reconhecimento de oportunidades e aí existem várias. As ONGs têm um papel muito importante, que poderiam ter mais influência nisso. E a pesquisa científica, que sempre é importante. IPCC no nível internacional e todas as pesquisas. Eu acho que o professor Pedro aqui poderia falar bastante sobre isso. Ter estudos e gente falando sobre esse assunto sempre é um fator motivador. Já os facilitadores, que têm um olhar mais político, digamos, o que facilita essa agenda deslanchar em diversos âmbitos, seja nos países, nos Municípios, nos Estados? Vontade política. Eu acho que é óbvio, mas precisa ser pontuado. Boa cooperação entre Ministérios e Secretarias. Justamente como é uma agenda intersetorial, muitas vezes tocada pela agenda ambiental, pela Secretaria Ambiental, mas ter essa articulação, ter outras Secretarias sentadas e articulando e conversando, é um facilitador. Pessoas ativas com expertise assumindo a liderança. Gente que sabe do que que é o assunto e que assume a liderança. E eu acho que a gente tem um exemplo claro na Prefeitura. Sabe-se do que se está falando. Eu posso falar um pouco da minha experiência na agenda adaptação no BNDES. A gente teve por um período curto, uns meses, o Levi como Presidente do Banco. Ele sabe do que se trata, ele entende do assunto. E isso ganhou uma importância da temática dentro do banco. Inclusive, tem um projeto que está ainda em andamento, da incorporação de um olhar de risco climático nos financiamentos de infraestrutura do BNDES, mas obviamente, você ter lá um Presidente que compra a agenda faz toda a diferença. Timing oportuno para agir. A bola está quicando. Surgiu... a COP foi no Brasil. A gente está falando sobre isso. Não, não foi Brasil, mas a gente teve outro evento aqui. Isso é muito propício e aí eu pego o exemplo do Ministério da Infraestrutura. A gente está com um Ministro que está procurando investimento estrangeiro - essa é a pegada do Ministério atual - é buscar investimento estrangeiro, é fazer concessão. Só que o investimento estrangeiro está falando: "Eu só ponho dinheiro aí em coisas green, se você me garantir que é uma infraestrutura resiliente". O Ministro vai para Nova York para discutir com green bonds. Sai no jornal. Você tem um timing para falar disso e falar: "Não, agora isso vai virar regra dentro do Ministério". Conhecimento suficiente disponível. E aí esse aqui, desde 2010 até agora já está passado. A gente tem conhecimento suficiente, só não tem tanta estrutura, talvez, para criar metodologia para implementar Planos, mas sabemos que o problema está aí e como olhar para ele. Ter compatibilidade com outras políticas. Recursos humanos e recursos disponíveis acho que é uma realidade para qualquer agenda, em qualquer Governo, em tempos de contenção é óbvio que é um facilitador ter recursos. Aqui na agenda a gente sabe que esses recursos muitas vezes vêm de cooperações internacionais, tem muito interesse de que a agenda de clima avance em vários países. Muitas vezes, a gente não tem recursos internos, mas tem uma ajuda de um organismo internacional para a agenda avançar. Então, também é um facilitador. Eu passei meio rápido em vários conceitos. Não sei se foram muito teóricos. E estou super aberto para trazer visões mais práticas, um pouco como que isso acontece no BNDES.

Funciona lá ou não, o que deu de errado, como é que eles estão olhando para isso ou não. Era mais ou menos isso que eu queria passar. Não sei se a gente abre para perguntas. Obrigado (palmas).

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Bom, primeiro queria agradecer, viu, Alexandre? Você desceu aqui nesse Comitê hoje como uma luva, porque, primeiro que nós estamos, a gente nunca para de fazer reflexão e é sempre importante ter algumas provocações. As suas palavras foram muito oportunas para esse momento em que a gente está e, principalmente, para as tarefas que a gente, dentro do território de São Paulo, temos. Quer dizer, que nós temos que construir. Então, eu queria... eu não queria iniciar, não. Eu queria que os nossos pares... tenho certeza que vão ter algumas perguntas, então vamos iniciar com a Lilian. A Laura, com certeza, vai ter provocação, eu, e aí vamos embora. O público aí também. Então, vamos lá.

Lilian Sarrouf (representante do SINDUSCON) - Bom, Alexandre, já que você me provocou, né? SINDUSCON. Vamos lá. Na verdade... Não, mas foi ótimo. Você me deu oportunidade de a gente comentar como que o setor entende a questão de mudanças climáticas. Desde a política nacional, política estadual, municipal, quando elas foram feitas, o setor entende que as mudanças climáticas é uma oportunidade de negócio. Você fala "vocês são contra"? Pelo contrário. Só a questão de adaptação você abre um leque de infraestrutura que você tem que fazer, que é uma grande oportunidade de negócio para a construção pesada. No caso das edificações, a gente entende que a gente precisa melhorar e a gente quer melhorar. O primeiro aspecto que a gente sempre buscou foi a questão da eficiência energética; e o que a gente sente falta são as diretrizes. Eu falo para a Laura, encho a paciência da Laura, falo "Laura, a gente precisa de uma diretriz assim: vamos adotar o PROCEL Edifica, apronta uma política pública e vamos em frente. Então, o setor está aberto para isso, ele entende que isso é uma oportunidade de negócio, competitividade e de realidade. Alguns pontos que eu acho que a gente podia discutir em termos de cidade, que nos esbarra. É um pouco do que você falou da questão de regulamentação. Não sei como isso a gente pode fazer, é aberto um pouco mais a tua experiência, das tuas pesquisas. Uma, é a gente não conseguir fazer soluções compartilhadas. Por exemplo, eu tenho um bairro novo que foi feito e o construtor queria, a empresa queria fazer a captação de água, fazer uma coisa interligada dos edifícios, fazer o tratamento dessa água, reutilizar e tudo o mais e a gente esbarra em legislação e em regulamentação de concessionária. Ou mesmo aproveitar a água quente que sai de um prédio comercial, ele vai para um (pequeno salto no áudio) prédio residencial, mas só o fato de ele atravessar a rua, não pode. Então, acho que a gente entende como cidade, as soluções compartilhadas em alguns casos elas são muito melhores. Nos edifícios, a gente tem que fazer a piscininha, só que com a piscininha simplesmente o que eu consigo é retardar o escoamento da água; eu não consigo fazer um bom aproveitamento da água. Então, um pouco dessa tua experiência, se você tem disso, se puder trazer para São Paulo, já uma metrópole, uma cidade super consolidada... Tudo que é novo, é mais fácil. Mas, para a gente trabalhar nesse sentido, então, geração distribuída. A gente tem várias opções; se pode fazer o compartilhado, é melhor. E uma outra questão... então, essa questão da regulamentação tem essa questão, tem a questão da gente não conseguir os dados. Qual que é o sonho de consumo: é saber assim, olha, os edifícios têm que ter um desempenho energético tanto, pode consumir tanto, pode consumir tanto de água, tanto de luz. Ponto. É isso que a gente precisa. Não precisa dizer qual a tecnologia. Isso deixa para a gente que a gente resolve. Os condomínios pré-existentes vão buscar essas metas, mas a gente não consegue esses dados e nem o Poder Público, então, isso é complicado. A Laura está sofrendo aí no Plano de Mudanças Climáticas conseguir esses dados, que aí, sim, o Poder Público poderia estabelecer suas metas. Falar "olha, hoje o consumo residencial de São Paulo é tanto; nós queremos abaixar em tanto". E, aí, você consegue também incentivos, principalmente para os prédios existentes, a questão de IPTU, alguns outros tipos de incentivo. Então, a pergunta é mais com relação a essa questão compartilhada e você falou do BNDES. Como que a gente conseguir dinheiro para a gente mudar essa realidade aqui da cidade. Não só o público, mas o privado também, porque o privado está interessado; estou te falando, é oportunidade de negócio.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) – Quer falar, Thaís (idem)?

Thaís Domingues (representante da SEMDET) - Oi, aquela hora que ele tinha feito a pergunta, eu ia responder. É que a gente fez um benchmarking sobre desenvolvimento econômico, ou seja, como outras cidades estão olhando para um planejamento estratégico e um Plano de Ação de desenvolvimento econômico com essa lente de desenvolvimento sustentável. E o que a gente vê muito são planos que são um pouco mais antigos eles olham para um lado sustentável muito com

o viés “ah! vamos olhar para os parques, vamos olhar para o meio ambiente”. Então, é uma coisa muito apegada ao meio ambiente e aí, a partir, eu acho, da lente do ODS 2030, que é o que a gente está usando aqui, por exemplo, até de acordo com a lei municipal - que as políticas públicas elas estão vinculadas ao ODS 2030 -, de que a nossa lente de desenvolvimento sustentável tem a lente do desenvolvimento inclusivo. Você não consegue dissociar o desenvolvimento inclusivo, o desenvolvimento humano com o desenvolvimento ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável. O framework do desenvolvimento sustentável ele já inclui essa preocupação com o cuidado das vulnerabilidades e da gente não aprofundar essas vulnerabilidades, mas ao contrário, a gente cada vez ser mais inclusiva. Mas eu acho que o que eu estava reforçando aqui hoje mais cedo era que a gente está partindo dessa lente, dessa premissa, mas a gente está chamando a sociedade civil, inclusive a sociedade civil organizada também para sentar na mesa com a gente e atirar a gente com relação a todas essas questões. Eu acho que existe uma dificuldade, assim, eu acho que, como sociedade, de a gente estar nivelado com a lente do ODS 2030. Acho que existem muitas... e mesmo dentro da Prefeitura e acho que como sociedade civil, enfim, todo mundo, acho que é uma dificuldade muito grande de pensar intersetorialmente, que é pensar infraestrutura junto com o desenvolvimento humano, junto com o desenvolvimento sustentável. E eu acho que isso reflete também na dificuldade de indicadores - é muito difícil. A gente tentou trazer dentro do Plano alguns indicadores para mostrar para a sociedade civil, mas os nossos próprios indicadores têm dificuldades e problemas, porque é difícil pensar intersetorialmente e pensar com essa lente sempre casada desses pares, mas eu aqui reitero que é realmente um esforço nosso de processo de sempre estar puxando para essas questões e reitero que é super importante a participação de todo mundo pensando com essas lentes para que nos ajudem. Porque, na realidade, é um desafio que é muito importante para o Município porque, como você disse, é a gente que consegue, no território, casar essas três coisas, mas, na prática, é muito desafiador. Então, acho que é um esforço coletivo de todos os lados da sociedade.

Alexandre Gross – Não tenho resposta para todas as questões, principalmente as da Lilian, mas eu acho que eu consigo tirar de recado disso é que, da minha experiência inclusive, nós estamos começando. Tem muitos desafios. Tudo isso que eu mostrei é bem teórico, mas todo mundo está aprendendo ainda a lidar com essa agenda. Apesar de a gente já falar há muito tempo, nós estamos ainda entendendo como é que é a melhor maneira de fazer. Isso que eu coloquei - aqueles blocos - é para dar uma estrutura de como olhar o problema, mas ainda tem a questão... Tá Ok, entendi a estrutura e como é que eu encaro cada uma das regulações, qual vai ser o processo para fazer isso e isso é em várias dimensões. Pegando o exemplo do BNDES, só para dizer como a coisa ainda está começando. O BNDES está pensando em... E nas minhas pesquisas junto com eles é, bom, vamos nos inspirar nos outros bancos; os outros bancos já fazem isso. Vamos pegar os bancos multilaterais, que estão com agenda já faz tempo. Aí, a gente pega o melhor banco que fala sobre resiliência, que é o Banco Asiático de Desenvolvimento. Ele tem entre os quatro pilares deles, um deles é resiliência. Ah, mas como é que eles fazem? Eles têm lá uma sequência de perguntas que eles passam um projeto e... Mas o que que tem por trás? A gente ainda está entendendo como é que faz, a gente testou em um projeto ou outro, está ainda refinando a nossa metodologia. Mas, assim, a intenção está dada, os processos estão encaminhados, mas as pessoas ainda estão aprendendo como fazer. Então, acho que tem muito que ainda aprender como a gente vai operacionalizar tudo isso, mas as motivações por trás e o porquê a gente está fazendo, é importante estarem bem claras. Acho que por isso que eu fiz questão de trazer a apresentação nesse nível. Uma das coisas que aparecem muito, falando de regulações, regulamentações, é a necessidade de revisão delas, passar a lente climática em todas as regulamentações e aí eu pego de novo o Ministério da Infraestrutura como exemplo. Como a gente faz um processo de concessão tem lá várias regras, como a gente faz Termo de Referência para um terceiro fazer (como é que fala isso?) para ele prestar, fazer propostas. Qual o Termo de Referência para propostas de projetos. Só ali mudar algumas coisas como é que isso é feito. O que que vem depois, ainda está se amadurecendo. E, aí, nessas regulamentações - eu não sei de casos de compartilhamento, como é que funciona, mas o que tem aparecido internacionalmente como tendência é tentar flexibilizar mais as regulamentações e ver quais são as que trazem entraves, porque foram feitas durante uma realidade anterior, principalmente em termos de variáveis climáticas. A gente tem falado de variáveis hidrometeorológicas. Por exemplo, um planejamento que leva em conta a produção de energia sempre foi feito baseado em séries históricas estacionárias. Sempre choveu isso, a média é essa, então no futuro vai ser essa. E tem regulações dizendo que tem que ser feita a conta desse jeito. Tira essa regulação e fala: “agora não é obrigatório fazer com séries históricas, mas você precisa trazer alguma projeção futura razoável”. Ela é mais flexível. E um outro ponto que você trouxe,

Lilian, sobre as informações. Esse é um ponto chave e que eu sinto que há um embate desnecessário. E aí tem muito a ver com o meu ponto sobre vulnerabilidade. Há muitos setores que são muito reativos em relação à disponibilidade de informações (áudio dá um pequeno salto) Ah! eu não sei o que vai acontecer no futuro, eu não sei se vai chover mais ou menos, então, não consigo tomar decisão, logo eu não vou tomar. Engraçado que você fala isso com o setor financeiro, que é o que mais toma decisões com incertezas futuras e quando você fala para ele tomar decisões com o clima, ele diz, não, eu não sei. E a única certeza é que o clima vai piorar e eles têm certezas todas possíveis no setor financeiro e continuam fazendo as contas e tomando decisão. Mas, sim, tem muitas incertezas climáticas, tem pouca informação, está sendo gerado num laboratório na USP, tem um pessoal em Pernambuco fazendo, quem que está juntando tudo isso e colocando de maneira sistematizada? E como é que você traduz aquelas planilhas malucas do INPE para questões concretas aqui da cidade? Saber que vai chover mais em São Paulo não me ajuda a tomar uma decisão de onde eu construo ou não construo. Eu preciso saber o que significa ali no nível daquela bacia. Aí você precisa de um segundo nível de estudos. O ponto é: é importante caminhar nisso, aquele primeiro bloco - produção e disseminação de informação. A gente vai caminhando e cada vez mais a ciência vai ficando mais acurada em relação a isso. Há dez anos atrás, a gente tinha um monte de incertezas, agora a gente já tem várias direções muito claras do que vai acontecer ou não. Tem que ter um nível de tradução nisso para tomador de decisão. O desafio está dado e temos caminhado em algumas coisas. É tirar da Academia aquelas projeções climáticas malucas, mas para mim a tomada de decisão o que isso significa, o quanto afeta o meu método construtivo ou não esse aumento de temperatura. Quanto mais eu vou fazer de manutenção nas minhas ruas porque tem uma temperatura maior agora lá no futuro, mas a incerteza com relação a essas variáveis elas apontam grandes direções. Eu vou ter, por exemplo, maior temperatura. Eu não sei quanto mais ou menos e aí os reativos vão dizer "ah, eu não sei quanto mais ou menos, então, eu não vou tomar decisão". O meu ponto é: o risco ele é formado por três dimensões: perigo climático, aumento de temperatura, aumento de chuva. Mas a outra (pequeno salto do áudio) que está piorando, mas as outras dimensões é nível de exposição e grau de vulnerabilidade e essas duas são fatores de risco interno ao seu sistema e à sua tomada de decisão hoje. Se vai ter mais chuva, mais aumento de temperatura no futuro, eu tenho uma noção, mas eu consigo ter uma noção muito clara de quão vulnerável eu sou ao aumento de temperatura e eu sei quanto eu estou exposto ou não estou exposto naquela bacia hidrográfica, naquela beira de rio. E ali você tem muita coisa para trabalhar sem precisar de informação climática. Não importa muito se vai dobrar a minha temperatura, eu sei que eu estou exposto. Com a minha população de idosos aumentando eu estou ficando mais exposto com idosos, eu sei que a temperatura está aumentando, o quão vulnerável essa população vai ser daqui a vinte anos dentro do meu sistema de saúde atual. Não importa muito se a temperatura vai triplicar, quadruplicar; eu sei que ela tem uma tendência e eu consigo trabalhar nas duas variáveis: exposição e vulnerabilidade. Esse é o recado para quebrar um pouco uma inércia que a gente já sente em alguns setores.

Olímpio Alvares (representante da ANTP) – Olímpio. Eu sou representante da Associação Nacional de Transporte Público. Eu não sou especialista em adaptação nem risco climático nem nada, mas eu gostaria de entender como é que funciona o approach, essa gestão como um todo. Por exemplo, você tem uma determinada área - ela pode ser vulnerável ou não, pode ter riscos ou não, e você está entrando com um projeto. Vamos supor, uma infraestrutura de transporte, um corredor de ônibus, alguma coisa assim ou então uma frota enorme que não existia anteriormente, que vai passar a emitir mais gases etc. Como é que funciona essa relação entre os estudos preliminares de risco e vulnerabilidade para você chegar na necessidade de adaptação e sugestão de políticas públicas? Como é que funciona essa relação dessas... – risco, vulnerabilidade e adaptação – e o projeto entrando?

Alexandre Gross – E o projeto entrando, né? Eu vou focar mais no caso de um projeto, porque projeto, políticas públicas, como a gente viu, têm um pouco de características diferentes. Tem vários jeitos, metodologias para isso e é o que tem um monte de gente aí correndo para montar metodologias de como incluir isso em projetos. Eu posso pegar a experiência recente com o BNDES, que olha para projetos, inclusive. O que é comum é você ter uma ideia de um projeto: vou construir aqui uma infraestrutura que vai ter tanto aporte de transporte público com tais características. É fazer o que a literatura fala de screening, mas basicamente uma triagem primeira de... esse projeto está ou não está sujeito a riscos climáticos? E aí no seu exemplo, ele é menos (pequeno salto no áudio). Talvez nem tenha tanto risco associado e você pula e vai para próxima fase de desenho financeiro e pronto. Mas supondo que você está construindo isso numa área

possivelmente alagável. Você está construindo uma infraestrutura nova de estradas - estradas de terra estão sujeitas aí a escoamento superficial. Não, vou construir com asfalto. Esse asfalto precisa de manutenção, ele precisa de escoamento. Esse escoamento está sujeito a mais ou menos chuva e eu preciso dimensioná-lo. Então, tem elementos que tornam o meu novo projeto vulnerável a alterações de variáveis climáticas. E é por isso que a gente sempre acha que é uma agenda ambiental; porque ela está sujeita a variáveis ambientais. Não é uma questão de licenciamento, não é o impacto do projeto no meio ambiente. É o meio ambiente viabilizando ou não viabilizando o seu empreendimento, tornando o seu empreendimento mais ou menos operacional. Se daqui trinta anos chover mais nessa nova via que você está construindo, ela vai dar conta de escoar a chuva que deveria? Essa é a pergunta que você faz no começo e aí você vai tentar entender quais são essas variáveis climáticas que vão mudar. Talvez no futuro chove menos, talvez no futuro chove mais, talvez a tendência é de aumento de temperatura e os extremos vão ser maiores ou menores. E você vai tentar traduzir isso para o seu empreendimento. O que significa em termos de manutenção uma variação de temperatura grande na manutenção do seu asfalto, por exemplo. E aí você vai tentar colocar isso na sua modelagem financeira. Vai pensar depois como é que eu acho asfaltos mais ou menos adequados a isso. Vou construir um sistema de escoamento de água, mas um pouco que atenda a uma demanda um pouco maior do que você tem prevista para hoje, porque você sabe que no futuro, daqui trinta anos, quando a infraestrutura ainda vai estar lá, vai estar chovendo mais e ela vai estar resistente a isso. Ou você vai construir de uma maneira que você consiga incrementar a sua obra no futuro. Não sei respondi à sua pergunta.

Andréa Franklin (representante da SIURB) – Bom, eu tinha duas colocações para fazer, mas depois da resposta eu acho que eu tenho mais algumas. (risos)

Alexandre Gross - Sobre licenciamento? (risos)

Andréa Franklin (representante da SIURB) – Sobre licenciamento e eu fico aqui pensando como que a gente vincula essa variável climática ou como a gente desvincula a variável climática da aprovação de um licenciamento, porque quando a gente tem uma ideia de um projeto e a gente leva ele até a fase de LAP, a gente entende, e a gente consegue aprovar o estudo ambiental para obter essa LAP, a gente entende que ele é viável ambientalmente. A gente sinaliza uma viabilidade. E como sinalizar essa viabilidade, sabendo que ainda tem uma variável climática que tem que entrar nessa. Se nunca entrou com esse olhar, a gente teria que estar refinando a nossa metodologia para ela começar a entrar a partir de agora. Eu, de verdade, nisso eu estou engatinhando, porque eu falo um pouco de variável ambiental há alguns anos e as pessoas já têm uma dificuldade de inserir a variável ambiental nos projetos. Hoje está mais fácil. Você fala “ah! A variável no TR (dá um salto no áudio. Há as siglas TR e UTR; não é possível inferir qual seria) da contratação”, e o pessoal: meio que “ah, tá, são as árvores”. Eu falo “não, não são só as árvores, tem mais um mundo de coisas”. Agora, e a variável climática? Como que a gente consegue colocar elementos que enriqueçam o projeto com esse olhar multidisciplinar, com esse olhar intersecretarial que consiga enxergar medidas mitigadoras, medidas compensatórias que, na prática, saia das planilhas de grandes dados e realmente virem uma ação concreta. Eu coloquei como desafio porque eu, de verdade, não sei. A pergunta é para você. O que mais de elementos, instrumentos e experiências, no seu conhecimento, você pode compartilhar? Ou se a gente teria que começar a discutir isso a partir de agora e aprimorar a nossa legislação também do ponto de vista de licenciamento, porque se a gente começa a exigir isso hoje, já não é fácil licenciar com tudo que a gente tem e depois colocar em prática. Então, eu acho que a gente está no ponto de olhar isso como desafio e ir enxergando a médio e longo prazo como tratar essa questão. Eu tinha montado a pergunta de uma outra forma, mas eu acho que aí pegou o gancho e acabei falando o que fecha o conceito do que eu queria. É isso.

Alexandre Gross - Você toca num assunto que está em voga. Não tem resposta final, mas tem uma tendência de como discutir. Mas nós vamos pedir uma pausa que eu queria complementar um pouco o que eu trouxe para o Olímpio, até para não ficar muito simplista a minha resposta. Tentei trazer de uma maneira mais didática, mas, obviamente, a gente está falando de setores que estão mais sujeitos a essas variáveis ambientais. Eu falei de sistema de escoamento de uma rodovia. Se a gente está falando de sistema de abastecimento de água, a variável climática está mais clara. A gente vai ter mais ou menos água disponível para o Município de São Paulo. Quando a gente fala do sistema de saúde, que afeta a saúde diretamente das pessoas. Ali é importante olhar, mas não vai ser a variável central de todo o olhar, mas tem um outro olhar, que é o papel das infraestruturas em aumento de resiliência da população. Você construir uma ponte em uma área que está isolada,

você aumentou a resiliência dessa população, porque você tem uma via de escoamento caso aconteça um desastre. As infraestruturas também entram como quem apanha da mudança do clima, mas também como quem traz a solução de resiliência. Infraestrutura é um dos componentes de aumento de resiliência da sociedade. Então, você trazer transporte público para uma população que não tem meios de transporte, de se locomover, e pode ir para o posto de saúde se tratar num momento de ilhas de calor ou que tem problemas de chuva e consegue se deslocar e sair de uma área inundável, você está aumentando a resiliência daquela comunidade com a sua infraestrutura também, então ela joga nesses dois lados. Lembrando que não é só infraestrutura, a gente está falando de sistema educacional. As pessoas saberem disso é aumento de capacidade; instituições fortes: aumento de capacidade; tecnologia: aumento de capacidade adaptativa. Vou voltar na sua pergunta sobre licenciamento. É bem delicado o debate, mas eu vou tentar organizar. Eu não sou dono da verdade aqui, isso está sendo discutido. Isso encosta muito sobre todo o peso que se dá, até um olhar negativo do processo de licenciamento que existe hoje, como um entrave, a demora e tudo o mais. Mas o entendimento principal é que quando a gente está falando de riscos climáticos, ele afeta a viabilidade técnica-operacional de um empreendimento. Eu estou construindo uma nova usina de energia, vai ter mais ou menos água para gerar essa energia? É considerar a mudança do clima na viabilidade do projeto. Eu estou construindo uma ferrovia que vai passar aqui dentro da cidade, mas é uma área alagável. Essa ferrovia vai ter que parar três vezes por semana, não é viável. Eu estou construindo um novo bairro. Esse bairro vai ser viável da maneira que eu estou construindo, sendo que no futuro vai inundar aquela área? Ou não vai inundar? Ou não vai ter água suficiente para abastecê-lo? Então, é você considerar isso na concepção do projeto. E esse é um pouco o olhar que o Ministério da Infraestrutura - pegando como exemplo, porque eu estou um pouco nesse processo -, é tentar incorporar isso dentro dos estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos; é considerar a variável ambiental na viabilidade técnica e econômica, em paralelo ao licenciamento ambiental, que é falar: “esse projeto vai ser implementado, ele tem impactos no meio ambiente”. E esse meio ambiente, lembra aquela (dá um pequeno salto no áudio) das setas indo e vindo nos sistemas? O meio ambiente também está sujeito à mudança do clima, ele vai estar mais ou menos vulnerável. Considerar isso no licenciamento seria o processo ideal, é falar “esse bioma que você está afetando, ele também vai estar mais vulnerável”, então você está afetando um bioma que já vai ficar mais vulnerável, talvez a sua responsabilidade seja maior e mais difícil. Só que a conta começa a ficar mais complicada e aí há um certo receio do pessoal da área de dizer: exigir isso dentro do licenciamento... inverter a ordem, né? Tirar da viabilidade técnica-econômica e colocar só no licenciamento significaria dar um peso muito grande a coisas que ainda são muito incertas, tornar a coisa mais pesada ainda. Ah, e o IBAMA agora vai exigir projeções climáticas de trinta cenários diferentes e tantas projeções. Como isso é operacional? Então, está assim: calma, vamos vendo. É importante levar isso em consideração, com certeza. Esses biomas estão sofrendo com isso, as áreas que você está afetando vão sofrer com isso, as áreas que você vai plantar suas árvores vão estar sujeitas a essas alterações climáticas. Será que as espécies que você está escolhendo são as mais adequadas para durarem aqui vinte, quarenta anos? Levar isso em consideração é importante, mas tornar isso central não é a tendência que eu enxergo hoje, é tentar trazer mais no olhar da viabilidade técnica, hoje. No mundo ideal, quanto mais informação a gente tiver e incorporar tudo isso em todas as dimensões, inclusive no licenciamento, é o ideal, mas a gente já falou: são coisas difíceis ainda de prever em vinte, trinta, quarenta anos.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Mais alguém aqui da Mesa? Membros? Laura?

Laura Ceneviva - Bom dia a todos. Bom dia, Alexandre. Obrigada, adorei a sua apresentação, porque eu acho que ela trouxe para todos nós organização de ideias. Não é necessariamente coisas que não se ouviu dizer, mas foi límpida a apresentação. Organizou, é muito legal ouvir. Mas a minha pergunta tem a ver com um pouco de desorganização, de falar do nível do indivíduo que toma a decisão e, portanto, a gente tem que falar de cultura. Por exemplo, aquilo que Thaís (idem) e mesmo Lilian apontaram. A gente às vezes... você tem indicadores, mas os indicadores não são suficientes para subsidiar a sua decisão e você vai ter que arbitrar, você vai ter que perguntar para as pessoas que mais sabem daquele assunto “então, você acha que é A ou que é B?”. Você vai ter que arbitrar e decidir. Isso um aspecto. E se você pensar nessas coisas frente a uma ação de pé-da-letra de Ministério Público, como é que você, vamos dizer assim, faria a consideração acerca dessas circunstâncias, vamos dizer, de culturas setoriais, uma cultura de pé-da-letra do que está escrito especificamente numa norma, daquilo que tem que ser decidido com grande dose de insegurança ou de incerteza. Esse é um primeiro aspecto cultural que eu queria apontar. E o segundo, eu queria

saber se você tem alguma consideração acerca da avaliação de risco nas culturas organizacionais. Por exemplo, a Prefeitura de São Paulo é uma enorme organização, maior que a maior parte dos Municípios do Brasil. Somos 140/150 mil funcionários na ativa. Então, aquilo que a gente entende como risco e a nossa capacidade de organização para agir. Não apenas a gente, todas as organizações. Vocês nas organizações que são parte das associações, como vocês veem? Eu queria pedir para você fazer também alguma consideração com relação a isso: à percepção de risco nas organizações e as suas recomendações pessoais para isso.

Alexandre Gross - Me ajuda a organizar, estou sem papel para colocar as ideias.

Laura Ceneviva - Eu só quis fazer pergunta chata.

Alexandre Gross - Não são fáceis, mas você falou sobre as organizações e o olhar de risco.

Laura Ceneviva - E também a incerteza e a insegurança tendo que decidir. E outras ações, tipo o Ministério Público cobrando coisas que tinham que estar claras e não estão.

Alexandre Gross - Eu vou começar pela incerteza e insegurança, porque eu acho que é um pouquinho mais fácil para mim. Um dos princípios de um planejamento de adaptação à mudança do clima é um olhar de não arrependimento. De novo, desculpa os jargões sempre em inglês, porque a literatura ainda puxa muito esses termos em inglês, eles estão começando a ser utilizados até no nosso dia a dia: medidas no-regrets, aquelas medidas em que você tem incerteza, tem insegurança, porque você não sabe se vai chover; você sabe que a tendência de chover é menor, mas não sabe o quão menor ela é. Você trabalha com projeções de quarenta satélites e que cada um gera quatro cenários diferentes, mas eles apontam grandes tendências, mas você tem insegurança quanto a tomar uma decisão técnica em cima disso. E um dos princípios, que inclusive consta no Plano Nacional de Adaptação, é focar em medidas sem arrependimento, que são aquelas que você toma e ela vai ser benéfica, independente do cenário que se apresentar no futuro. E aí, então, geralmente as que são as mais sem arrependimento, aquelas que são focadas em desenvolvimento socioeconômico. Ninguém vai ser contra de melhorar a educação das pessoas sobre essa temática. Ela vai trazer benefício no futuro, independente se a mudança do clima for maior ou menor lá na frente. Ninguém vai ser contra aumentar a robustez de uma infraestrutura do nosso sistema de inundação, mas muitas coisas têm custo, e aí entra o Ministério inclusive nisso. Uma das coisas que tem sido trabalhadas com bastante cuidado é o papel do TCU e da CGU nesses processos todos. Eles, em todas as reuniões - e isso vem desde as minhas oficinas nos Ministérios -, sempre falaram “se eles não forem envolvidos, não adianta a gente fazer nada”, por quê? Geralmente isso implica custos maiores. Eu falo eu vou construir essa via aqui do lado de um rio, só que ela vai custar mais caro porque eu tenho que construir ela um pouco mais alta, dado que, no futuro, esse rio talvez inunde. E eles podem questionar “mas isso está mais caro por quê?”. Por outro lado, a ideia é que eles sejam, de alguma forma, introduzidos a essa agenda e já há alguns sinais de que eles olham para isso, mas eu acho que ainda é um trabalho a ser feito. Eles, possivelmente, vão fazer o papel contrário: vão ser os policiais dessa agenda e vão dizer: “por que você está construindo essa via do lado de um rio, nessa altura? Eu não vi que você levou em consideração nenhum cenário climático futuro, então o seu projeto também não é bom e eu não vou aprová-lo”. Se ele for sensibilizado - e aqui é sempre a palavra sensibilização, daí entra a questão das organizações e percepção de risco -, um TCU, um CGU, o Ministério Público não sendo sensibilizado, ele vai cobrar do jeito errado, ele vai falar “você está pondo um projeto mais caro e a sociedade não quer pagar por um projeto mais caro”. Se ele for sensibilizado, ele vai exigir isso e aí vai até facilitar a nossa vida. Na hora em que a gente fizer um projeto mal feito, ele vai estar exigindo e o projeto vai voltar. O Ministério da Infraestrutura está muito preocupado com isso, essa é a grande preocupação deles, que os projetos passem pelo licenciamento com tudo certinho o mais rápido possível, vá para a CGU, TCU e flua, então eles começam esse diálogo, mas eles querem se antecipar a isso. Tem que envolver e colocar as pessoas na sala e falar sobre isso. E aí eu volto no terceiro bloco, que é a ação em relação às instituições. O Governo precisa fazer ações em relação às instituições, sensibilizá-las. Os primeiros Planos de adaptação à mudança do clima que surgiram no mundo - Alemanha, vários países, Grã-Bretanha - focaram basicamente em trazer sensibilização nas organizações sobre essa temática. Falar o que é risco, qual que é o seu papel na gestão de risco dentro dessa agenda e começa a levar isso em conta e saiba que daqui para a frente esse assunto vai começar a aparecer na sua mesa. Antes de falar vamos construir novas pontes de outro jeito, era ação em relação às instituições. Era até frustrante, porque na época em que eu estava fazendo pesquisa “vamos ver o que é o Plano da Alemanha”. Você achava que ia ter milhões de coisas, não, a gente vai sentar com cada Ministério, formar eles, explicar o que que é, o que não é, construir

uma governança para gerar essa sensibilização dessa nova temática que tem que estar no discurso de todo mundo, é gerar repertório, é sempre essa palavra.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) - Bom, se ninguém mais...Viegas?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Continuar aqui a... Você fez algumas... e acho que foram algumas colocações que são importantes. Eu também estou aqui agoniado para fazer algumas reflexões. Primeiro, quando você fala do público, do Poder Público. O que é o Poder Público? É o Executivo, é o Legislativo e o Judiciário. Quem faz regulação? É o Legislativo. O Executivo ou propõe ou ele acata. O Judiciário acompanha o que está na legislação. O Público, na verdade aqui, eu estou imaginando que é o que... o Poder Público tem que olhar a equidade e eficiência, como você colocou. Será que o Poder Público, no conjunto, está fazendo isso? Será que é só o Executivo que olha? Será que o Legislativo está olhando dessa forma? Será que o Judiciário está olhando dessa forma? Eu às vezes entendo que são três Poderes que têm praticamente a mesma responsabilidade, cada um olhando um pouco, com a sociedade, com o setor produtivo lá fora... Lá fora que eu digo é assim esperando (inference-se que ele tenha dito isso) que esse Poder Público ajude ou atenda as expectativas que ele tem e ele não consegue responder a isso. Regulação: será que o Legislativo está acompanhando essa dinâmica da sociedade? Será que ele acompanha as demandas que a sociedade organizada tem com relação a alguns temas? Não sei. Por exemplo, não sei se está mais o representante da Frente Parlamentar de Mudanças Climáticas. Tem um foro estadual que tem que colocar o tema de mudanças climáticas. Só para fazer um pequeno lembrete: a cidade de São Paulo fez a inspeção veicular, por que o Estado não fez? Por que que a gente não conseguiu replicar isso? E isso batia lá na legislação. Então, o grande desafio é o seguinte: como é que a gente contagia esse conjunto? O Poder Público são três entes altamente complexos, às vezes não com uma visão de equidade e eficiência, mas uma visão mais corporativa, enfim. Não sei se olha o conjunto da sociedade como um todo. A sociedade por sua vez - as empresas, o setor produtivo, ONG - ela precisa aprender a enxergar do Poder Público que ela tem essa relação de se aproximar disso, porque se ela não fizer, não vai cair do céu, do Poder Público. Por isso que o tema de mudanças climáticas, se a gente puder colocar em todas as instâncias e ir tentando contaminar, que é um pouco o que o Poder Executivo está fazendo na cidade. Nós temos uma liderança de um Prefeito que tem uma consciência. Você colocou ali um dos pontos. Eu me lembrei exatamente: nós ficamos praticamente cinco ou seis anos parados aqui na cidade de São Paulo. Lá atrás, em 2009, nós fomos vanguarda na mudança climática, contaminou com a lei estadual e tal e aí parou, por quê? Porque alguém resolveu parar com a inspeção; porque alguém resolveu que esse assunto não era importante. E aí que era hora de a regulação entrar. Na hora que foi feito aquele Plano, tinha que ter feito a regulação. O que a gente observa é que a regulação não acompanha às vezes a vontade política ou a vontade que foi tomada. Esse conjunto, se a gente tentar entender essa dinâmica, que ela é muito complexa, a gente tem essa tarefa, por isso eu acho que esse esforço do Plano de Ação Climática que nós estamos enxergando 2050, porque a cidade de São Paulo já enxerga 2030. Se você pegar o orçamento da cidade, se você olhar o PPA que a cidade está fazendo, ela está olhando os compromissos de 2030, mas nós estamos falando de 2050, que é o Acordo de Paris de emissão zero. É isso que nós estamos construindo, que é o grande desafio para a gente chegar à frente ou 2020 e falar assim: "nós temos uma proposta". Eu, particularmente, já fui provocado: "e aí, o que a gente faz?" Não sei, precisamos discutir se isso vira uma lei, se isso vai para o Legislativo, se a gente subsidia para criar um Decreto, não sei. Nós precisamos criar uma dinâmica para que isso seja meio que sensível no público, na sociedade, enfim. Eu queria ver se você concorda com a minha análise, para dizer o seguinte: "olha, o Poder Público não é a Prefeitura". O Poder Público é o Legislativo, é o Judiciário. Você tem um Judiciário que só.... ele tem que acompanhar a legislação; agora, a legislação está ultrapassada. Eu vou falar um componente: arborização urbana. Nós estamos em cima de uma regulação de 1987 na cidade de São Paulo e a gente não tem coragem, ou não tem uma proposta, de falar "vamos mudar isso?". Não temos. Então, a regulação eu diria que é um assunto que cabe muito ao Legislativo. O Executivo pode ter a proposta e chegar lá para a Câmara e falar assim: "eu tenho uma proposta". A Câmara, se não estiver muito bem articulada, pode ser que não aconteça nada. Eu queria aproveitar isso, porque esse pequeno esforço que o Executivo, que nós aqui das Secretarias estamos fazendo de propor um Plano de Ação Climática, um Plano de Desenvolvimento Econômico, é parte, é uma parte só. Agora, os outros entes do Poder Público precisarão estar envolvidos nisso e acho que a sociedade nesse sentido é que deve apertar principalmente o Legislativo, porque eu vejo muito pouca ação nesse sentido - ela é muito pontual. Você vê as iniciativas de legislação elas são muito pontuais, parece que é só uma visão de alguém que foi lá e "Vereador, olha, isso aqui é um assunto".

Aí o Vereador está lá e pega, quer dizer, a obra como um todo parece que não...Ele tem vontade, mas não surge. É isso.

Alexandre Gross - Eu estou completamente de acordo, acho que é nessa linha mesmo. Enfim, eu acho que é um problema que a gente vive não só aqui nesse fórum, esse descolamento dos Poderes. Só para pegar um gancho, reforçar, um dos motivadores e facilitadores que eu coloquei ali é ONGs fazendo o papel delas, gritando, e insisto na mídia também, que tem um papel essencial, que eu acho que ainda não caiu a ficha deles de como eles poderiam fazer isso. Eles têm um papel essencial de trazer à tona a importância do assunto e gerar constrangimentos, inclusive, em certas temáticas, nos diversos Poderes.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - A mídia uma vez foi provocada, nós trouxemos a mídia para falar exatamente isso. O que a resposta da mídia foi? Que ela é reativa, ela não é ativa.

Alexandre Gross - Mas voltando à questão da regulação, com certeza o Legislativo tem o papel dele e o que eu percebo - e já faz um tempo que eu não olho muito para o resto do mundo, como as coisas têm andado. De fato, a primeira ação vem geralmente do Executivo, ele que é o indutor da agenda. Há muita coisa em termos de normativos, instruções normativas a serem feitas no nível do Executivo, que de alguma forma vão comendo pelas bordas, mas de fato ainda tem um trabalho a ser feito. Eu sempre trago o exemplo de uma vez que eu fui num curso sobre o tema na Grã-Bretanha e estava passando na TV e um Deputado ele tinha duas pautas. Deputado para a Comissão Europeia, na TV: mudança climática e saúde. Isso há sete anos atrás. Quem é o Deputado aqui no Brasil que ganha uma eleição com essas duas temáticas? Não é culpa dele, é culpa da sociedade que está exigindo isso de um Deputado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Nós já tivemos, é que os temas são meio que abafados e aí entra na pauta outra coisa, (dá um pequeno salto no áudio) e tal e aí a sociedade responde muito a isso.

Alexandre Gross - Só um complemento, porque a Thaís (idem) fugiu nessa hora. Tem alguns pesquisadores que estão tentando transformar isso, mas ainda é mais percepção intuitiva, do uso da agenda da adaptação à mudança do clima e da agenda da mitigação também como uma desculpa para se rever muitas coisas que estavam paradas, jogar Secretarias e Ministérios na mesma sala e dizer: “é uma agenda nova”, então todo mundo aparece, mas para discutir problemas velhos e dar uma nova cara, um pouco mais de energia nova nessa temática. Não é o ideal, mas é um pouco o que parece que está acontecendo. Você vem com um problema novo, você consegue pôr diferentes Secretarias que não conversavam na mesa e falar: “agora a gente tem um problema novo aqui no meio da sala”, que é o problema de sempre, que está só um pouco pior, mas dá um pouco de tom novo e o diálogo começa a acontecer. Isso não está formalizado, isso é mais intuição e eu sei que tem gente tentando estudar um pouco esse efeito: como a mudança do clima permitiu retomar e ajudar a integrar políticas que estavam um pouco perdidas no seu canto. É botar o pessoal da habitação junto com o pessoal que está fazendo ruas no mesmo fórum com a desculpa de olhar para a mudança do clima.

Hamilton Leite (representante do SECOVI) - Eu ia falar depois com vocês no privado, mas não estou me aguentando. Eu ouvi várias vezes aqui dessa necessidade de participação da sociedade civil organizada nessas construções, só que no momento em que a gente está construindo um Plano de longo prazo para o Município e que, por exemplo, o setor de habitação é um setor fundamental nesse processo, porque o clima está muito ligado aos edifícios, às cidades, e o SECOVI, como representante das empresas que trabalham nesse setor, tem a experiência e o conhecimento dos profissionais que trabalham diretamente no dia a dia, sabem todos os problemas - o que é viável economicamente, o que não é viável economicamente -, poderiam contribuir demais na criação de um Plano desses e, por um grande espanto, não é convidado para participar da construção desde o nascimento da coisa. Quer dizer, a gente está falando desse Plano há quantos anos, Laura? E a gente ainda não foi chamado para participar. Certamente, esse Plano vai chegar já meio desenvolvido e aí, para entrar na discussão no meio do caminho, é muito complicado. Então, não só a construção por parte dos Poderes Públicos, mas do envolvimento da sociedade, sociedade civil organizada, especialmente em discussões setoriais.

Laura Ceneviva - Primeiro, Hamilton, super obrigada por fazer a pergunta assim, de frente. Eu acho ótimo, muito legal. Segundo, me espanta muito essa consideração, porque a gente tem essa clareza e tem essa intenção. Vocês, certamente, devem ter recebido convites para participar das discussões

que a gente já fez. Mas espera um pouco. Então, isso é um erro que a gente cometeu. Vamos até verificar, mas não existe hipótese, vamos dizer, se vocês não foram chamados, não foram por algum equívoco da (dá um pequeno salto no áudio; infere-se que ela fala da nossa parte). Pode ser o contrário, pode ser até que a gente chamou e vocês não viram, mas isso a gente limpa o trilho, porque é inequívoco que tem que participar. Mas eu preciso também esclarecer uma outra coisa. A gente está fazendo o Plano...E é óbvio que tem que estar desde o começo, lógico, meu Deus do céu. Eu até falei com você já para a gente fazer uma pauta aqui para o Comitê exatamente com essa contribuição. É que as coisas aconteceram de um modo que não foi possível chamar. Até a gente conversou de chamar para essa reunião de hoje o SECOVI, mas achamos que ficaria melhor as universidades nesse momento, então acabamos não chamando. Mas um esclarecimento: o Plano de Ação está sendo estruturado primeiro a parte de mitigação e depois a de adaptação. A parte de mitigação é uma parte mais solitária, por quê? Porque ela envolveu primeiro a elaboração do próprio Inventário; depois, a definição, o estabelecimento de cenários de emissão. Esses cenários de emissão foram delineados com o uso da ferramenta Pathways, que é do C40, então o C40 acabou fazendo isso. Mas, para fazer isso, a gente fez reuniões setoriais, foram convidados inúmeros agentes. A própria Lilian, por exemplo, esteve lá, a Thaís (idem) e muitas outras pessoas, seja do Governo, seja da iniciativa privada. Nós estranhamos a ausência do SECOVI nessas discussões, por exemplo. Depois, nós fizemos, além disso, reuniões bilaterais com muitas instituições, empresas, inclusive; depois, tivemos agora no dia 25 e 26 de setembro últimos oficinas para discutir novamente, coletivamente, os cenários de emissão. Enfim, foram vários momentos de reuniões coletivas ou bilaterais com diversas instituições públicas e privadas. Se a gente não conseguiu fazer essa discussão com vocês, porque vocês não receberam o convite, o erro é nosso. Nós estamos achando ao contrário, que vocês é que não estavam querendo aderir nesta fase, de discussão da mitigação. Nós vamos voltar com força total, aí pegar no pé mesmo, na fase de adaptação, porque aí não ia dar para fazer sem vocês. Mas nessa fase de mitigação o procedimento foi esse; aliás, compõe informes mensais aqui no Comitê da elaboração do Plano de Ação. Mas isso vai ser verificado, evidentemente, porque vocês, primeiro, sempre foram parceiros e presentes aqui no Comitê e, segundo, de fato, não dá para dizer que alguém está fazendo o Plano de Ação se não faz a conversa com vocês. Então, nós vamos limpar esse trilho.

Hamilton Leite (representante do SECOVI) - Só para complementar: o SECOVI pode contribuir de uma forma muito ativa, não só de uma forma passiva, de estar aqui, de discutir, enfim. Pode agregar toda essa experiência das empresas que estão no dia a dia da operação dos edifícios, do desenvolvimento de bairros, do desenvolvimento de empreendimentos. Quer dizer, o SECOVI pode contribuir de uma forma importante, eu penso.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Laura, só me tira uma dúvida: como está o Desenvolvimento Urbano e a Habitação? A nossa parte de Secretarias? Aliás, o que ele está colocando, quer dizer...Aliás, eu vejo não nessa agenda de mudança, eu vejo a discussão do SECOVI, a entidade, participa de muita coisa da constituição da cidade. Lá no Comitê Municipal de Política Urbana, o próprio Chucre é um parceiro do SECOVI, a Habitação, então a entidade ela é parceira no sentido tal. Eu acho que nesse tema pode ser que a gente precise ser mais incisivo com eles do que esperar uma interlocução, de que às vezes a gente até espera: "ah, tá bom, traz o Desenvolvimento Urbano, não sei se está contribuindo desta forma, com este olhar, com esse grau de profundidade". Eu acho que a gente pode, nesse sentido, fazer uma avaliação, que eu acho que ia ser uma avaliação importante essa sua observação e ver como está e aí recompor isso.

Laura Ceneviva - É que como a fase era de discutir mitigação...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Aliás, foi o que a gente observou inicialmente, a gente fez essa observação no início da conversa. Eu falei: "vamos ter a segunda fase", porque a Marina fez a explanação de como está o Plano de Ação, quais são as etapas, que nós vamos ter agora o relatório, que vai chamar as pessoas", enfim, foi nesse sentido que eu falei.

Laura Ceneviva - É perfeitíssimo e eu acho muito legal que você fale assim, de frente, porque é isso mesmo. A gente precisa construir junto, porque não tem como fazer uma proposta sem ter a participação de vocês. Está perfeito. Com relação à participação de SEHAB, SMDU e SEL - eu acrescento SEL -, nós temos a adesão da SMDU total. Você vê que a Ana Maria Gambier sempre vem, inclusive participar das discussões nossas aqui, é sempre muito ativa, só que eles levaram uma trombada mega e não estão mais com condições de participar, que é a questão de alocar todas as forças para a produção dos Planos regionais. Então, vamos dizer assim, a condição operacional deles está comprometida, o que não significa que a gente não demande, que eles não deem

resposta, mas é diferente a circunstância de participação. A participação de SEHAB ela tem sido, eu diria, menos dedicada, vamos dizer assim, mas tem participado. Na fase de mitigação, eles têm mais dificuldades de perceber participação. Eu sei que tem a ver tudo com mitigação, porque o desenho da edificação implica desempenho energético, por exemplo, e tudo mais, mas tem sido menos. E a participação da Secretaria de Licenciamento foi mais ativa nessa fase de mitigação, ou seja, a percepção da estrutura de Código de Obras e, vamos dizer assim, o licenciamento, que nós estamos praticando, e o desempenho das edificações, particularmente. Eu diria que, genericamente, são essas as condições de participação até o momento para o desenvolvimento do Plano de Ação, mas isso que ele falou está mega anotado. Obrigada.

Débora Diogo (representando a Secretaria Executiva) – Temos ainda, do público, duas pessoas que se manifestaram: Helena Magozo e o Senhor da ONG. Vamos pedir para que, devido ao adiantado da hora, vocês, por gentileza, sejam bem rápidos e venham falar ao microfone, por favor.

Helena Magozo – (CADES Lapa) - Bom dia ou boa tarde a todos e a todas. Eu primeiro quero parabenizar a exposição, acho que foi super rica, importante e, como a Laura falou, organizou; além de dar informação, organizou a forma de a gente poder pensar e refletir sobre essa questão e uma questão de escala. Eu já estive nessa Mesa, hoje eu sou Conselheira do CADES regional da Lapa. O que eu acho importante - eu vou ser breve. Até a Coordenação de gestão dos colegiados está promovendo um repensar dos CADES regionais e eu acho que muitas questões que a gente sente lá na ponta vão ser refletidas nesses fóruns. Mas uma questão que eu acho muito importante é a questão de como tudo isso que está sendo discutido aqui, e até a representação das Secretarias e das associações, se fazer de fato na ponta. É uma questão que a gente tem, em CADES. Por exemplo, o CADES em que eu estou da Lapa é um CADES organizado, que tem bastante participação. A participação do Poder Público é sempre questionada. A Secretaria do Verde e a Subprefeitura sempre presentes, a SMDU também tem estado. Agora, as outras Secretarias não chegam. Então, como é que a gente pode caminhar e favorecer que haja esse reflexo na ponta, no território, do que se discute nos níveis centrais das Secretarias e dos Conselhos. Isso é um desafio, que eu acho que a gente vai discutir agora no mês que vem, mas é muito importante a gente estar discutindo para poder se sentir útil, se sentir ressonante com o que a gente percebe e avalia no território, porque São Paulo são trinta e uma cidades. O nível de território que a gente tem em São Paulo é uma coisa muito significativa. Então, é um pouco isso que eu queria reforçar e dizer da importância de estar refletindo e fortalecer esse nível local de participação. Obrigada.

Carlos de Jesus Campos (ONG Ação e Cidadania Planeta 21)- Devido ao adiantado da hora, eu abro mão da palavra.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Eu queria falar a respeito da observação.

Alexandre Gross - Palavra bem rápida a frase assim: sempre os primeiros passos de uma agenda dessa é capacitação e sensibilização e eu acho que tem tudo a ver com o que você trouxe.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Já está pensada essa etapa. Todos os Planos, pelo menos que a Secretaria do Verde tem de concepção, que nós temos tarefas, são tarefas que foram colocadas no Plano de Metas e que estamos sendo cobrados. Este Plano de Ação Climática, ele é uma tarefa e que precisa estar concluída até junho de 2020. Esta etapa do primeiro semestre agora entra nas ações a ponta, ou seja, essa discussão, esse Plano de Ação chegará nas pontas até para dar conhecimento e ouvir exatamente com relação a isso. Então, essa etapa está (pequeno salto no áudio) dentro do processo tanto do de ação climática, de mudança de arborização urbana, de áreas verdes do PLANPAVEL... Nós temos pelo menos três ou quatro Planos que nós estamos trabalhando neles e a participação dos CADES na ponta fazem parte do processo de, inclusive, de tarefa. Não está sendo fácil para a equipe, é meio complicado “ah, o cara não vem, não sei o quê, o Subprefeito não deixa, um da Secretaria não vai”, mas a turma está com tarefa, cadê? Fez ou não? E com pessoas, quantas pessoas. Você viu que o primeiro cuidado que a Marina fez hoje foi dizer quantas pessoas construíram pelo menos essa devolutiva. Isso demonstra o nível de participação. A tarefa nas pontas faz parte dessa participação ou dessa inclusão da sociedade civil nos Planos da cidade.

Alexandre Gross - De palavra final eu queria, obviamente, agradecer a oportunidade. Laura, Ricardo, Débora e todos presentes aqui por me ouvirem. Eu estou à disposição para trocar ideias, me perguntar e eu aprender coisas com vocês. Eu trabalho nisso há muitos anos e para mim é sempre uma satisfação ver a agenda de adaptação chegando no nível dos Municípios, que é onde as coisas vão acontecer no nível da adaptação. Eu sempre trabalhei muito no nível federal e é um

pouco frustrante, porque ali tem um limite onde, de fato, a coisa chega nas pessoas, que é quem vai ser afetado, no território onde vai ser afetado. E também uma palavra de esperança de que, sim, no nível de país a agenda está triste, está um pouco parada e me dá um alívio e esperança ver que o Município de São Paulo está tocando essa agenda e tocando com responsabilidade, com passos firmes, tem metas para isso. Isso, de alguma forma, conversa muito com a minha trajetória e eu fico muito feliz de estar vendo essa agenda avançar aqui.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto da SVMA) - Primeiro agradecer, Alexandre. Foi muito bom você fazer toda essa provocação, porque você fez uma provocação para nós, que estamos com essa tarefa de construir o Plano de Ação; da participação de todos, enfim. Não é fácil construir uma tarefa ou executar uma tarefa. Infelizmente, as coisas vão acontecendo no meio do caminho; infelizmente, nós tivemos, neste fim de semana, uma notícia não muito agradável, mas a ordem é vamos tocar, nós temos que executar as nossas tarefas. E por parte da nossa Secretaria, nós estamos articulados; isso eu acho que é importante. A Laura mesmo, mais uma vez está aqui. Ela está aposentada, mas está aqui com a gente; a Débora, enfim, toda a equipe das Secretarias. A Marina sempre muito presente, a Andréa, o Olímpio, sendo da sociedade civil, mas está lá no Comitê de Frota e essa dinâmica a gente espera que continue e nós vamos tentar nunca deixar que esse fogo apague. Então, mais uma vez, obrigado. Eu queria, nesse sentido, agradecer a presença de todos e encerrar a nossa reunião, muito obrigado.

Membros do Comitê presentes à 76.ª Reunião do Comitê de Mudança do Clima em 29/10/2019

Olímpio de Melo Álvares Júnior – ANTP

Fabio Franklin Storino dos Santos – SMIT

Hamilton de França Leite Júnior – SECOVI

Lilian Sarrouf – Sinduscon

Carlos Eduardo Schad – SF

Vanessa Lima Nunes Dias – SINDUSCON

Andrea Franklin – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB)

Marina Moraes de Andrade – SMRI

Magali Antonia Batista – Secretaria da Saúde

Thaís Martins Domingues – SMTE

Maria de Fátima Andrade – IAG/USP

Débora Cristina Santos Diogo – CMMCE SP

Luiz Ricardo Viegas – SVMA

Outros interessados presentes:

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Marta Emerich – CETESB

Helena Magozo – Cades Lapa

Maria Teresa Moura – Comgás

Natasha Nogueira – FIESP

Marali Theodoro Gonçalves – Comgás

Cláudia Abrahão Hamada – SME/NEA

Clodoaldo G. Alencar Jr. – SME/NEA

Carlos Henrique Andrade Oliveira

Luzia Helena Barros – SVMA/DGUC

Rosana Leno Ferreira Silva - USP
Lúcia Simoni – CPA/SVMA
Laércio Bruno Filho – Eletra Bus
Kaliane Oliveira – SRI
Natasha Myamoto – Coalizão Pelo Clima SP
Viviane Yuri Yoshino – CBCS
Letícia Cunha Bonani – IDEC
Pedro Paulo F. Silva - Mitsidi
Sylvia Conte de Oliveira – SME /DRE PE
Carlos de Jesus Campos – Ação e Cidadania – Planeta 21
Janaína Pinheiro – Deplan
Maria Fernanda Garcia – Cetesb
Conrado Vivacqua – DDPCA – Umapaz
Carolina Fernandes – Coalizão Pelo Clima
Christina Otani Kitamura – Umapaz - SVMA
Deodoro Vaz – SVMA
Maria Laura Fogaça Zei – Svma – DDPEA
Paulo Roffé – ANP
Daniela Prioli Duarte – INPA